



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a Codemge se mostrou organizada, transparente, eficiente e preparada para grandes desafios. Foi um período intenso, marcado pela adaptabilidade e por muito trabalho.

A empresa é ampla por natureza. Faz a gestão eficiente de ativos, estrutura parcerias com resultados efetivos, desenvolve projetos e investimentos que abrem caminhos para Minas crescer, gerando impactos relevantes para os mineiros.

Nesse sentido, 2025 foi simbólico. E uma grande entrega traduz tudo isso muito bem. Por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), foi renegociada a **parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para exploração de nióbio** e outros minerais. Pelo acordo, a estatal assegura 25% do lucro líquido com o nióbio por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, o que pode levar a vigência até 2070.

Isso significa que, ao assegurar a Minas Gerais essa fonte estável de receita por décadas, a Codemge colabora ainda mais ativamente para educação, saúde, infraestrutura e tantas outras áreas que garantem o desenvolvimento social e econômico do estado.

Outros grandes avanços ocorreram. O **Complexo de Saúde Hospitalar Padre Eustáquio (HoPE)**, primeiro projeto totalmente estruturado pela Companhia, chegou a leilão na Bolsa de Valores (B3), tendo a licitação homologada e objeto adjudicado. Trata-se de um dos maiores projetos de saúde pública do país.

O **Plano Estadual de Logística e Transportes (Pelt MG)** de curto e médio prazos foi entregue, orientando investimentos públicos e privados em malha estratégica.

O **Projeto Água dos Vales**, com adesão de 80 municípios, foi destaque em evento internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) e prêmio na categoria Água no GRI Awards. Já o **Projeto de saneamento do Rio Doce**, que vem avançando como um dos maiores do país em área territorial, teve marcos importantes de governança e estruturação em 2025.

Houve, ainda, a publicação do edital de chamamento público do **Cidade Parceira**, com 22 cidades selecionadas para apoio em concessões e PPPs. A união de esforços entre a Codemge e municípios mineiros para a melhoria dos serviços públicos em diversas áreas é notória.

A Codemge fechou o ano em tratativas avançadas para a **parceria com o Le Cordon Bleu**, que vai transformar a casa tombada do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, em Belo Horizonte, em um espaço cultural, artístico e gastronômico sustentável.

Além de todas essas ações, a Companhia possui uma série de **equipamentos** que ampliam a capacidade de Minas receber eventos e turistas, com geração de oportunidades de negócios, experiências de bem-estar e preservação do patrimônio mineiro. Alguns dos ativos com gestão da Codemge ou concessionados pela empresa são o Grande Hotel Thermas (Araxá), o Parque das Águas (Caxambu), as Thermas Antônio Carlos e o Palace Hotel (Poços de Caldas). Em Belo Horizonte, estão, por exemplo, o Expominas, o Minascentro e o Centro de Cultura Presidente Itamar Franco. O Parque do Palácio também faz parte desses ativos na capital, localizado aos pés da Serra do Curral. Ele inclui o Palácio das Mangabeiras, antiga residência dos governadores de Minas. Desde 2019, a Codemge contribui para que essa área de proteção ambiental, de 42 mil metros quadrados, seja hoje um centro cultural integrado à natureza e acessível a todos, oferecendo uma programação de eventos culturais e abrigando espaços gastronômicos. Em 2025, a Codemge viabilizou novas estruturas de lazer e segurança ao parque.

E mais: ainda com foco no fortalecimento da economia e na promoção de soluções que gerem valor à sociedade, ao longo de 2025, a Codemge apoiou iniciativas, por meio de convênios e patrocínios, que impulsionaram negócios, estimularam a geração de empregos e ampliaram a projeção do estado. Entre os destaques está o **Minas Urbano**, programa para fortalecimento dos esportes urbanos em Minas Gerais, com ações em 48 municípios e foco na inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, além do fomento econômico.

Para que todas essas e outras iniciativas se concretizassem, foi fundamental o empenho de um time altamente qualificado, que trabalha seriamente, com competência, comprometimento e visão.



Luísa Cardoso Barreto

Diretora-presidente

O Grupo Codemge alcançou resultados financeiros históricos em 2025, encerrando o exercício com lucro líquido consolidado de R\$ 2 bilhões, o maior de sua história. Esse aumento do lucro se deve principalmente ao resultado obtido com a parceria do nióbio, que em 2025 superou a marca de 100 mil toneladas de ferronióbio comercializadas, contribuindo para uma participação de R\$1,9 bilhão de reais para a Codemig. Além do resultado positivo da CBMM, houve um aumento de 57% do seu resultado financeiro, fechando 2025 com R\$392 milhões.

A Codemge prioriza o investimento em convênios a entidades com o objetivo específico de execução de projetos e atividades de interesse público e desenvolvimento econômico do estado.

Para 2026, novas oportunidades já estão colocadas. A Companhia passa a atuar em um novo formato, a partir da reestruturação societária envolvendo a Codemge e a Codemig. Há, ainda, a ambição de avançar na diversificação de fontes de receita, reduzindo gradualmente a dependência dos dividendos do nióbio.

Diante disso, a Codemge encerra o período com bases sólidas, consistência, coerência e confiança no futuro. A Companhia segue apta a evoluir, inovar e ampliar seu papel como agente estratégico do desenvolvimento de Minas Gerais. E continua contribuindo, de maneira ainda mais estruturada, para um estado mais próspero, competitivo e preparado para o futuro.



2. PERFIL CORPORATIVO

GRUPO CODEMGE

Em 2025, o Grupo Codemge esteve constituído pela Codemge e, na época, sua subsidiária Codemig.

A Codemge é empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, sendo o estado de Minas Gerais seu acionista controlador, com 99,99% de suas ações.

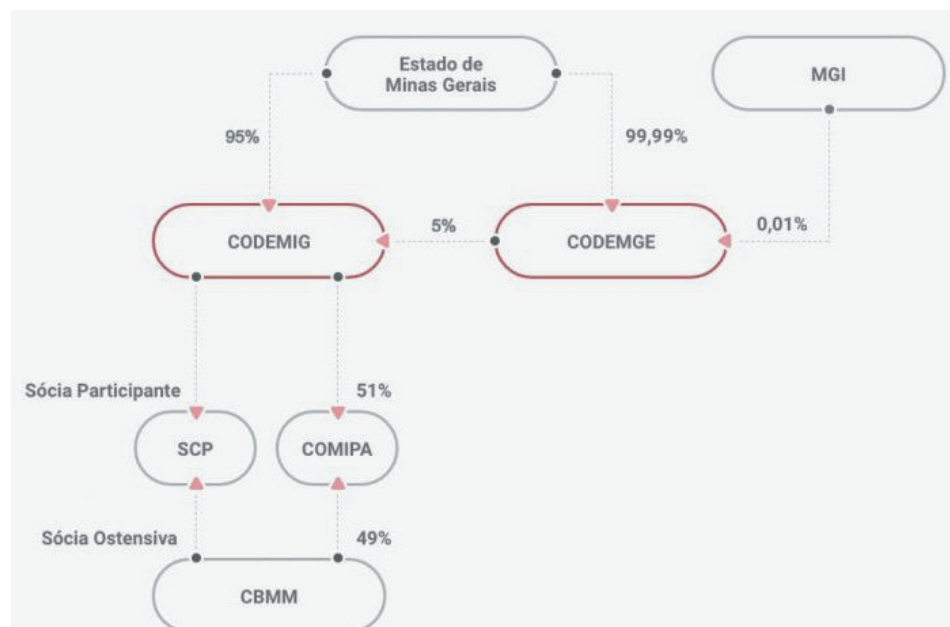
A Codemge era a acionista majoritária da Codemig, com 51% de participação, sendo as demais ações detidas pelo estado.

A Codemig, por sua vez, é sócia participante em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) para a exploração de nióbio, principal fonte de receita do Grupo Codemge.

Em novembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) deliberou pela redução do capital da Codemge. Como remuneração a título de devolução da participação do Estado de Minas Gerais (EMG) no capital social da Codemge, foi realizada a transferência de 166.000 ações da Codemig, o que resulta em nova composição societária desta. Essa decisão leva o estado a deter 95% das ações da Codemig, bem como a Codemge a deter os demais 5% das ações. Em obediência ao prazo para oposição de credores, conforme previsto no art. 174 da Lei 6.404/76, a redução de capital da Codemge tornou-se efetiva apenas em janeiro de 2026.

Veja abaixo o desenho da estrutura societária da Codemge e a composição da Codemig a partir da decisão da AGE.

Estrutura societária da Codemge e da Codemig



2.1. A CODEMGE

Conforme foi dito, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) é uma empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, sendo o estado seu acionista controlador, com 99,99% de suas ações.

Instituída em 2018, mediante uma reorganização societária da Codemig, a Codemge assumiu as competências e negócios anteriormente relacionados à Codemig, tendo por objeto, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, "promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar, de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros".

Com a redução do capital da Codemge, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) em novembro de 2025, sua participação na Codemig passou de 51% para 5%, permanecendo as demais ações com o estado de Minas Gerais. Conforme já dito, em cumprimento ao prazo para oposição de credores (previsto no art. 174 da Lei 6.404/76), a redução de capital da Codemge tornou-se efetiva apenas em janeiro de 2026.

2.2. A CODEMIG

A Codemig foi criada em 17 de dezembro de 2003 pela Lei Estadual nº 14.892, a partir da alteração da denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig) e da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI/MG) e da Empresa Mineira de Turismo (Turminas), além dos ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (Codeurb).

Até 2018, a Companhia era responsável por diversos projetos e ações de fomento ao desenvolvimento econômico do estado, os quais, após cisão parcial, foram assumidos por sua acionista majoritária a partir de então, a Codemge.

A Codemig é hoje uma sociedade de economia mista da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais. Por meio da participação na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), a Codemig dedica-se à exploração do nióbio. A CBMM é a sócia ostensiva nessa SCP.

Nióbio

Usado principalmente em ligas metálicas e em aços especiais, o nióbio confere importantes propriedades aos compostos, permitindo seu emprego na fabricação de turbinas de aeronaves, automóveis, tubulações de gás sob alta pressão, placas para plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entre as aplicações incluem-se a fabricação de vidros e de cerâmicas especiais para receptores de televisão e outros equipamentos; a produção de catalisadores químicos; os usos em aparelhos de medicina diagnóstica e até mesmo em aceleradores de partículas de alta energia. Novas ligas e compostos que utilizam o nióbio seguem sendo desenvolvidos, o que deve ampliar o aproveitamento do mineral e aumentar a demanda por sua extração.

A Codemig e a CBMM são sócias na Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa) para lavrar o minério da mina do Barreiro (Araxá), formada pelos direitos minerários das duas acionistas.

No âmbito da parceria, a Codemig e a CBMM arrendam suas minas à Comipa, responsável pela extração mineral e pelo gerenciamento das jazidas de nióbio pertencentes às duas primeiras.

A Comipa vende o minério à CBMM, que industrializa e comercializa o nióbio, repassando à Codemig 25% do lucro líquido obtido. O acordo com a CBMM foi iniciado em 1973 e renovado em 2025. Pelo novo termo, a estatal assegura 25% do lucro líquido com o nióbio por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, o que pode levar a vigência até 2070.

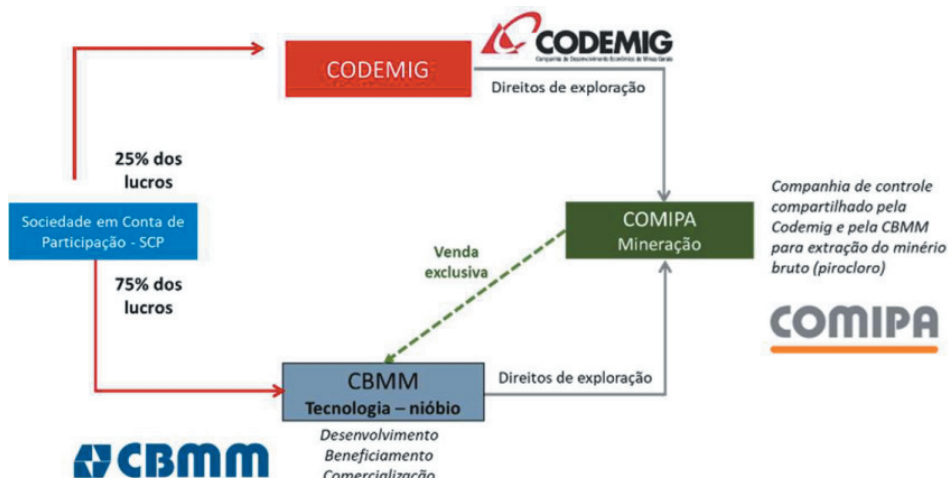
O novo instrumento substitui o que terminaria em 2032, reforça as regras de fiscalização e amplia a participação da Codemig no lucro da comercialização de outros materiais pela CBMM, incluindo terras-raras, sem exigir novos investimentos da estatal. Na prática, a medida oferece mais previsibilidade ao caixa público e segurança jurídica para planejar serviços essenciais à população mineira.

2.3. MODELO DE NEGÓCIO

A Codemge manteve em 2025 o compromisso com o desenvolvimento de Minas Gerais, atuando alinhada ao seu modelo de negócios, orientado à identificação de oportunidades que conciliem soluções inovadoras, sustentáveis e com impactos positivos. Nesse cenário, reforçou seu papel como agente de desenvolvimento, atuando na atração de investimentos e na identificação de projetos alinhados às vocações econômicas de Minas Gerais, em parceria com diferentes atores institucionais e de mercado.

Mesmo diante do contexto de revisão de seu planejamento de longo prazo, a empresa seguiu focada em gerar valor econômico, social e ambiental, sempre abrindo caminhos para Minas crescer, seja com a estruturação e o desenvolvimento de projetos, seja em parcerias com setores público e privado, concessões ou na gestão eficiente de ativos e direitos, notadamente os minerários.

A Companhia também manteve o compromisso com a governança, a transparência e a responsabilidade socioambiental, combinando gestão eficiente e visão de longo prazo para contribuir com a diversificação da economia mineira e a geração de valor à sociedade.



2.4. PRINCÍPIOS NORTEADORES

A construção do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo (Pnelp) 2026–2030 decorreu de um processo de reflexão institucional aprofundada, a qual evidenciou a necessidade de atualizar os fundamentos estratégicos da Codemge. As análises realizadas ao longo de 2025 apontaram para a importância de reforçar a identidade institucional da Companhia, aprimorar sua comunicação estratégica e consolidar seu papel como agente estruturador do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Nesse contexto, o novo Pnelp promoveu ajustes relevantes na formulação da missão, preservando a ambição institucional expressa na visão de longo prazo, ao mesmo tempo em que conferiu maior clareza ao posicionamento estratégico da empresa. A revisão desses conceitos buscou alinhar propósito, atuação e expectativas do estado e da sociedade em relação ao papel desempenhado pela Codemge.

VISÃO

Ser reconhecida como agente impulsionador do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

MISSÃO

Atuar como agente estratégico do desenvolvimento econômico sustentável de Minas Gerais, promovendo soluções e oportunidades que gerem valor para a sociedade.

VALORES

Dinamicidade
Colaboração
Excelência
Integridade
Segurança
Valorização das Pessoas

1. SOCIEDADE, MERCADO & IMAGEM

- 1.1 Atuar em uma carteira de produtos e serviços que gerem valor econômico, social e Ambiental
- 1.2 Entregar produtos e serviços com excelência técnica
- 1.3 Fortalecer a reputação e a imagem institucional

2. GESTÃO SUSTENTÁVEL

- 2.1 Otimizar processos internos buscando maior eficiência organizacional
- 2.2 Aprimorar a gestão de projetos e ações estratégicas
- 2.3 Atuar em ativos estratégicos para o Governo de Minas Gerais
- 2.4 Garantir o monitoramento do plano estratégico, projetos, ações e metas, visando ao alcance dos objetivos

3. ECONÔMICO - FINANCEIRO

- 3.1 Buscar sustentabilidade financeira
- 3.2 Otimizar a alocação de recursos
- 3.3 Utilizar mecanismos de fomento para investimento social

4. PATRIMÔNIO HUMANO

- 4.1 Potencializar força de trabalho
- 4.2 Desenvolver continuamente competências e lideranças
- 4.3 Consolidar a cultura de pertencimento e engajamento

5. NORTEADORES

VISÃO DE NEGÓCIOS

SUSTENTABILIDADE & ESG

VALORES

Dinamicidade

Colaboração

Excelência

Integridade

Segurança

Valorização das Pessoas



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Missão no Pnelp 2026–2030:

“Atuar como agente estratégico do desenvolvimento econômico sustentável de Minas Gerais, promovendo soluções e oportunidades que gerem valor para a sociedade.”

A missão institucional foi reformulada de modo a ampliar o escopo de atuação da Companhia. Enquanto no ciclo anterior a ênfase recaía sobre a promoção do desenvolvimento por meio de projetos estratégicos, o novo texto explicita a atuação da Codemge como agente estratégico do desenvolvimento econômico sustentável, destacando a geração de soluções e oportunidades que criem valor para a sociedade. Essa mudança conceitual reforça o caráter estruturador da empresa e amplia a compreensão de seu papel para além da execução de projetos específicos, incorporando uma lógica mais abrangente de indução ao desenvolvimento.

Visão no Pnelp 2026–2030:

“Ser reconhecida como agente impulsionador do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.”

A visão institucional, por sua vez, foi reestruturada, reafirmando o propósito da Companhia de ser reconhecida como agente impulsionador do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. A permanência desse contexto expressa continuidade estratégica e sinaliza que o reposicionamento promovido no novo Pnelp não altera o objetivo final da Companhia, mas redefine os meios e a forma de atuação para alcançá-lo, em consonância com as novas demandas e os desafios do ambiente institucional.

Valores no Pnelp 2026–2030:

O Pnelp 2026–2030 introduz um avanço conceitual relevante ao explicitar, de forma estruturada, os valores corporativos que orientam a atuação da Codemge e da Codemig. Diferentemente do ciclo anterior, no qual esses valores estavam implícitos nas diretrizes estratégicas e nas práticas organizacionais, o novo plano os incorpora de maneira expressa como elemento central do arcabouço estratégico.

Essa inovação fortalece a identidade institucional da Companhia, ao estabelecer referências claras de comportamento, tomada de decisão e relacionamento com seus diversos públicos. Ao explicitar seus valores, a Codemge reforça o alinhamento entre propósito, estratégia e cultura organizacional, contribuindo para maior coesão interna e clareza externa sobre a forma como a empresa busca gerar valor para Minas Gerais.

No Pnelp 2026–2030, os valores corporativos passam a exercer papel orientador direto da atuação institucional, sustentando o modelo de negócios, os princípios norteadores e a execução das ações estratégicas, em consonância com os desafios contemporâneos da gestão pública e o reposicionamento estratégico da Companhia.

Dinamicidade

Traduz a capacidade de a Companhia lidar com mudanças como oportunidades, ajustando-se com agilidade e criatividade diante de novos desafios e demandas do ambiente institucional e do mercado.

Integridade

Reafirma a condução ética, transparente e responsável das atividades, fortalecendo a confiança nas relações institucionais e assegurando coerência com as melhores práticas de governança e de conformidade.

Colaboração

Representa a atuação conjunta e articulada, internamente e com parceiros externos, reconhecendo que resultados mais consistentes e de maior impacto dependem da cooperação entre áreas, competências e instituições.

Segurança

Reflete o cuidado com as pessoas, as informações e os processos, promovendo ambientes de trabalho e práticas organizacionais que preservem a confiabilidade, a solidez e a continuidade das entregas.

Excelência

Expressa o compromisso contínuo com qualidade e eficiência, orientando a utilização responsável de recursos e a busca por entregas técnicas sólidas, com foco em desempenho, valor gerado e aprimoramento permanente.

Valorização das Pessoas

Reforça o compromisso com o reconhecimento, o desenvolvimento e o engajamento dos talentos, estimulando diversidade, respeito e bem-estar como fundamentos para uma atuação sustentável e para o fortalecimento do desempenho institucional.

2.5. POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL

Em 2025, a Codemge consolidou um novo posicionamento institucional para alinhar sua comunicação aos objetivos estratégicos da Companhia, explicitar com clareza seu papel no desenvolvimento de Minas, reforçar marca e valores e qualificar a relação com seus stakeholders.

Como parte desse movimento, em setembro de 2025 foi lançada a campanha de comunicação institucional “Abrindo caminhos pra Minas crescer”, a qual integrou comunicação externa, presença digital e comunicação interna. A campanha apresentou, de forma objetiva, o que a Codemge entrega e como transforma projetos em resultados.

Entre os temas divulgados estão: a estruturação de projetos e parcerias em saúde e saneamento (HoPE e Água dos Vales), o apoio a municípios (Cidade Parceira), as iniciativas em mobilidade e educação (terminais metropolitanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e manutenção e serviços) e a gestão de ativos turísticos e culturais do Estado, como o Parque das Águas de Caxambu e o Grande Hotel de Araxá, equipamentos como o Expominas e o Minascentro. Projetos como o Minas Urbano (esportes e cultura) também foram apresentados.

A ativação 360° incluiu ações em mídia digital (*digital out of home/DOOH*), mídia *out of home* (OOH), rádio, presença institucional no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) e iniciativas internas voltadas ao engajamento dos empregados, valorizando sua participação no protagonismo na empresa. Essas ativações reforçaram e reforçam a coerência do posicionamento em diferentes públicos e canais.

Produção de conteúdo digital – Entre suas iniciativas de comunicação, a Codemge produziu para seus portais (*site* e *intranet*) e redes sociais (Instagram, LinkedIn e Facebook) diversos conteúdos e notícias sobre entregas, práticas, marcos e desempenho, com pautas ligadas a ações institucionais, andamento de projetos e negócios.

Novo site – Dentro da estratégia de posicionamento, também foi lançado o novo portal institucional da Companhia. O *site* foi desenvolvido para melhorar a experiência do usuário, com navegação mais intuitiva e seções dedicadas à transparência do desempenho da empresa e de suas entregas em políticas públicas. O destaque é a página “Abrindo caminhos pra Minas crescer”, que sintetiza projetos e ações estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do estado, também abordados na campanha mencionada.

No portal, há um menu dedicado a **projetos estratégicos**, detalhando, além das iniciativas já citadas, o Plano Estadual de Logística e Transportes de Minas Gerais (Pelt MG) e o transporte rodoviário intermunicipal de Minas Gerais, entre outros.

A seção de **concessões e PPPs** apresenta o leque de serviços oferecidos no âmbito da Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais (PPPMG).

Em **gestão de ativos**, o portal reúne informações sobre empreendimentos culturais e turísticos. Entre eles, estão Parque das Águas de Caxambu, Thermas Antônio Carlos, Parque do Palácio das Mangabeiras, Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, Expominas, Minascentro, Grande Hotel de Araxá e Palace Hotel de Poços de Caldas. Também divulga o apoio aos municípios mineiros na elaboração de projetos e estudos orçamentários para implantação de distritos industriais.

Em **geologia e mineração**, o portal dispõe informações sobre ativos como nióbio e águas minerais e sobre projetos como mapeamento geológico e levantamentos aerogeofísicos. Também reúne utilidades como o Portal GeoCODEMGE, com informações geoespaciais relacionadas a ativos, projetos e iniciativas da Companhia, além de dados sobre limites político-administrativos, hidrografia, direito mineral, infraestrutura, energia e outros.

O *site* oferece ainda um menu sobre patrocínio, explicitando aos interessados como a empresa fomenta atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação.

Patrocínio – Em 2025, a Codemge promoveu aproximadamente 80 contratos de patrocínio, com uma verba de cerca de R\$30 milhões. As ações contemplaram diversas localidades de Minas Gerais e incluíram também outros estados brasileiros e destinos internacionais, como Estados Unidos, China e Itália, com o objetivo de projetar as potencialidades mineiras e a Companhia em outros mercados.

Os patrocínios contribuem efetivamente para a execução de inúmeras iniciativas em prol do estado, atestando seu interesse público. No ano passado, a diversidade de atuação ficou registrada com patrocínios a esporte, arte e cultura, comércio e indústria, gestão pública, entre outros.

As iniciativas de patrocínio revelam-se, enfim, um relevante vetor de desenvolvimento econômico e social. Todo esse esforço da Codemge demonstra seu compromisso consistente em benefício da população mineira.

2.6. CADEIA DE VALOR

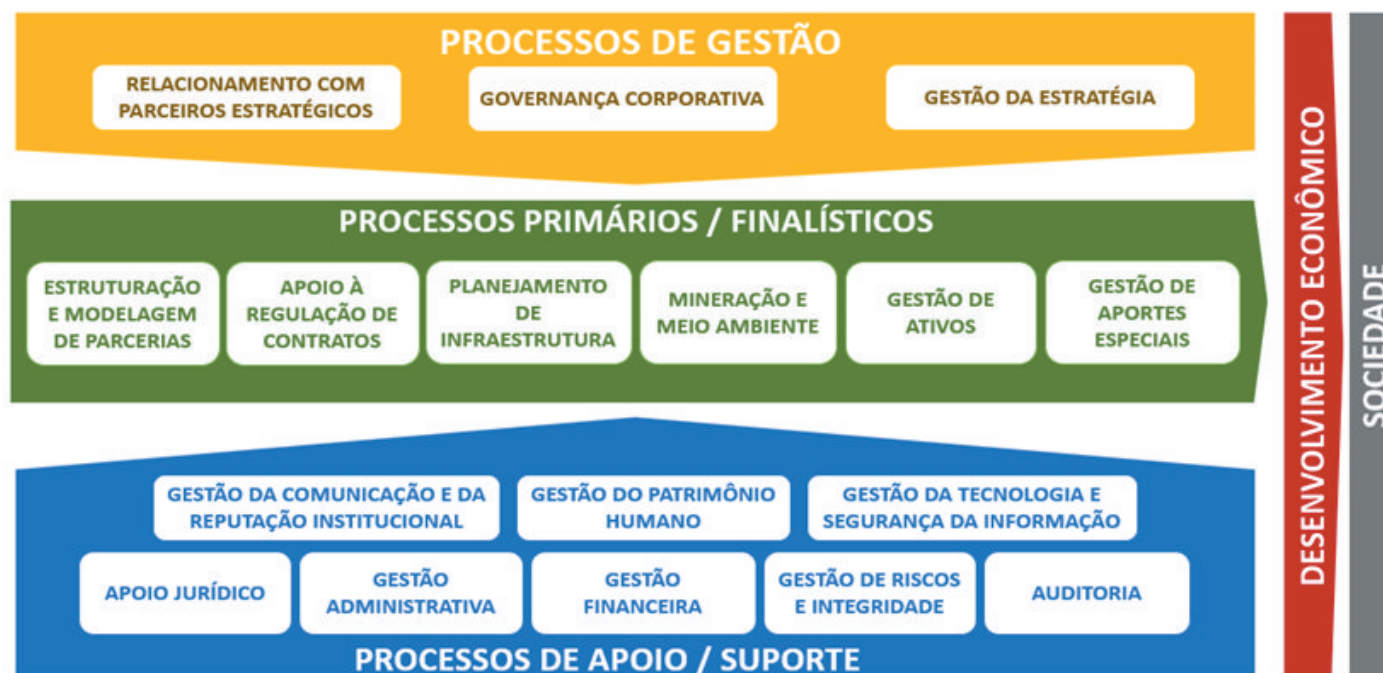
Paralelamente às iniciativas de revisão do planejamento estratégico e de fortalecimento da identidade institucional desenvolvidas em 2025, a Codemge e a Codemig promoveram ajustes relevantes em sua cadeia de valor.

A cadeia representa a organização dos processos internos e dos fluxos de atuação das Companhias, estruturando a forma como suas atividades são planejadas, executadas e monitoradas. Essa taxonomia permite compreender de maneira integrada como os processos – os de gestão, os primários ou finalísticos e os de apoio e suporte – articulam-se para viabilizar a entrega de valor econômico e social ao Estado de Minas Gerais.

No contexto da revisão do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo (Pnelp) e do ciclo de reestruturação da identidade institucional da Companhia, tornou-se necessária a atualização da cadeia de valor, de modo a refletir com maior clareza o papel da Codemge como agente estruturador do desenvolvimento econômico. Esse movimento buscou alinhar processos internos ao novo posicionamento estratégico, reforçando coerência entre missão, visão, modelo de negócios e forma de atuação.

A partir desse reposicionamento, foram mapeados os processos existentes; revisadas as interfaces, responsabilidades e fluxos; e definidos novos desenhos para a cadeia de valor, com foco em maior clareza organizacional, eficiência operacional e fortalecimento da governança.

CADEIA DE VALOR CODEMGE





Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A segmentação entre processos – de gestão; primários; e de apoio – permite evidenciar como as decisões estratégicas desdobram-se em entregas finalísticas e são sustentadas por estruturas administrativas, técnicas e de controle.

O redesenho da cadeia de valor constituiu, assim, um instrumento fundamental para orientar a gestão, apoiar a tomada de decisão e aprimorar a execução das estratégias institucionais, contemplando o mapeamento e o detalhamento dos fluxos de processos realizados no âmbito deste trabalho.

3. ESTRATÉGIA E RESULTADOS

O exercício de 2025 representou um período de consolidação estratégica e de amadurecimento institucional da Codemge. Ao longo do ano, a Companhia promoveu processo estruturado de revisão de seu planejamento de longo prazo, motivado pelas transformações no ambiente econômico e pelas novas diretrizes e expectativas do estado de Minas Gerais, culminando na aprovação de um novo ciclo estratégico ao final do exercício.

Não obstante essa revisão, os resultados ora apresentados referem-se à execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no **Pnelp 2025–2029**, instrumento vigente durante todo o período.

O desempenho apurado em 2025 decorre da implementação desse planejamento, do desdobramento das metas corporativas dele derivadas e do monitoramento sistemático realizado no âmbito da governança da Companhia.

4. GESTÃO DE ATIVOS

A Codemge gerencia um portfólio diversificado de ativos, com foco em desempenho, sustentabilidade e geração de valor, realizando avaliações periódicas de seu patrimônio, orientando decisões que busquem maior eficiência na alocação de recursos e melhores resultados econômicos e sociais.

Na administração, direta e indireta, de seus ativos imobiliários, a Codemge atua de forma estruturada para otimizar a utilização, ampliar a rentabilidade e reduzir a ociosidade. Sua gestão é pautada pela exploração responsável dos seus bens e pela busca constante de melhor retorno financeiro, racionalização de custos e geração de benefícios à sociedade.

- Centros de feiras e eventos:
Minascentro (Belo Horizonte) – concedido ao Consórcio Gestor Minascentro;
Expominas Belo Horizonte – concedido à Nutribom;

- Parques e balneários:
Thermas Antônio Carlos (Poços de Caldas);
Parque das Águas de Caxambu;
Balneário Gabriel Passos (Tiradentes) – arrendado à Cantina do Ítalo.

- Hotéis:
Grande Hotel de Araxá – arrendado ao Grupo Tauá;
Palace Hotel e Cassino (Poços de Caldas) – arrendado ao Consórcio Carlton-Village.

- Outros ativos culturais:
Centro de Cultura Presidente Itamar Franco (Belo Horizonte);
Parque do Palácio das Mangabeiras (Belo Horizonte).

5. PARCERIAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Companhia intensificou, ao longo de 2025, seu papel na modelagem de soluções e na atração de investimentos, conectando os setores público e privado sem necessariamente empregar recursos próprios e colocando sua capacidade técnica e seu capital humano a serviço de iniciativas alinhadas às prioridades do Governo de Minas Gerais.

Nesse contexto, atuou de forma estratégica na estruturação e no apoio técnico a projetos prioritários, especialmente nas áreas de infraestrutura, mobilidade, saneamento e infraestrutura social.

Destacaram-se a evolução de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), bem como a elaboração de estudos e instrumentos de planejamento relevantes para o estado. Também ganharam relevo iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança regulatória, ao apoio técnico à formulação de políticas públicas e à ampliação da capacidade institucional dos municípios, por meio de programas como o “Cidade Parceira”.

No campo das parcerias, a Companhia manteve e ampliou sua atuação em projetos de impacto nas áreas de cultura, turismo, esporte, inclusão social e inovação, com a celebração de novos convênios e a execução de iniciativas que contribuem para o desenvolvimento regional, a valorização da cultura mineira e a geração de oportunidades econômicas e sociais.

Adicionalmente, avançou em projetos estratégicos no setor mineral, bem como em iniciativas voltadas à gestão e à disponibilização de informações geológicas, reforçando seu compromisso com a transparência, a sustentabilidade e o apoio ao desenvolvimento econômico.

Dessa forma, a Codemge buscou consolidar-se como braço estratégico do Governo de Minas Gerais, atuando de forma técnica, responsável e orientada a resultados, ao estruturar projetos, mobilizar investimentos e promover parcerias que geram benefícios concretos à sociedade mineira.

Esse posicionamento representa um avanço relevante em sua atuação. Ao priorizar a estruturação de projetos, a articulação institucional e a atração de investimentos, a Companhia ampliou sua capacidade de gerar valor público com maior eficiência e foco em resultados.

Informações detalhadas sobre projetos, diretrizes estratégicas, resultados, governança e gestão de riscos do Grupo Codemge estão disponíveis no site institucional e no Relatório de Gestão anual da Companhia: <https://codemge.com.br/documentos/>.

6. RESULTADOS FINANCEIROS

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas ocorre sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), sendo que os JCP declarados são considerados como dividendo mínimo obrigatório.

A base de cálculo para a remuneração aos acionistas é o lucro líquido ajustado pela constituição de reservas e compensação de eventuais prejuízos. De acordo com o Artigo 8º, §2º do Estatuto Social, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido já ajustado.

Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração delibera pela distribuição de dividendos intermediários, com o levantamento de balanço, e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive mensais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes.

Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente são distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% do lucro, até o máximo previsto em lei.

Sempre que a situação financeira da Companhia, suas perspectivas, suas estratégias de investimento, as condições macroeconômicas e outros fatores considerados relevantes recomendarem, o Conselho de Administração poderá, respeitada a legislação e o Estatuto Social, durante o exercício, alterar o percentual do lucro líquido já ajustado a ser distribuído. Cabe à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras de cada exercício a decisão sobre as condições e os valores da remuneração aos acionistas.

A tabela a seguir apresenta os dividendos pagos pela Companhia aos seus acionistas Estado de Minas Gerais (EMG) e Minas Gerais Participações (MGI):

Tabela 1: dividendos pagos 2025 x 2024

| | EMG | | MGI | |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Dividendos Anuais (i) | 739.161 | 658.434 | 7 | 7 |
| Dividendos Intermediários (ii) | 199.998 | 6.374 | 2 | - |
| Juros sobre o Capital Próprio (iii) | 45.000 | 17.000 | - | - |
| | 984.159 | 681.808 | 9 | 7 |

Fonte: Gerência Financeira da Codemge

(i) Em 2025, dividendos deliberados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2025, referentes à destinação do lucro do exercício de 2024; em 2024, dividendos deliberados na AGOE realizada em 30 de abril de 2024, referentes à destinação do lucro do exercício de 2023.

(ii) Dividendos intermediários deliberados na AGOE realizada em 30 de abril de 2025, com base no saldo de reserva de lucros mantida no patrimônio líquido da Companhia.

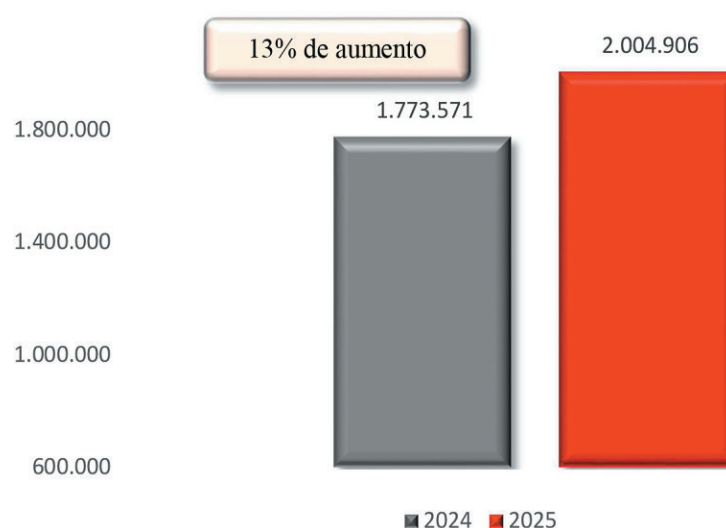
(iii) Em 2025, os juros sobre o capital próprio calculados com base no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024; em 2024, os juros sobre o capital próprio calculados com base no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de janeiro de 2024, calculado e pago em ambos os anos, de acordo com a Lei 9.249/1995.

EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Receita líquida

Em 2025, o Grupo atingiu a receita líquida de aproximadamente **RS 2 bilhões**, substancialmente devido aos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.

Gráfico 1: receita líquida 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemge

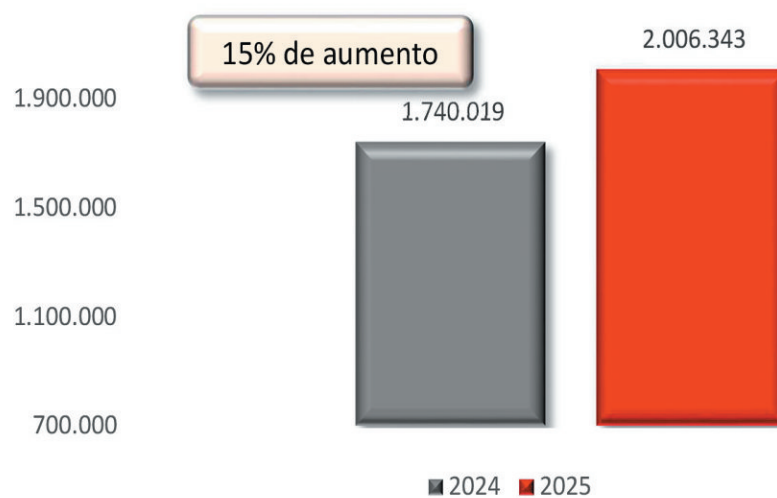
A receita líquida auferida em 2025 pelo Grupo foi 13% maior que a de 2024 — em números absolutos, foram registrados RS 231 milhões a mais que em 2024. O aumento da receita deve-se, principalmente, ao impacto positivo no resultado da SCP, derivado do aumento em 8% no volume das vendas e de aspectos externos, como variação cambial do dólar, euro e iene ocorrida no período.

Imposto da SCP

Como imposto de renda da SCP devido à CBMM, ao fim do exercício de 2025, foram registrados RS 808 milhões, os quais foram repassados em janeiro de 2026. O total da participação da Codemig no Imposto de Renda e na Contribuição Social da SCP nos resultados de 2025, considerando o valor pago em janeiro de 2026 e o montante antecipado ao longo do exercício, alcançou RS 937 milhões no ano.

Lucro líquido

Gráfico 2: lucro líquido 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemge



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

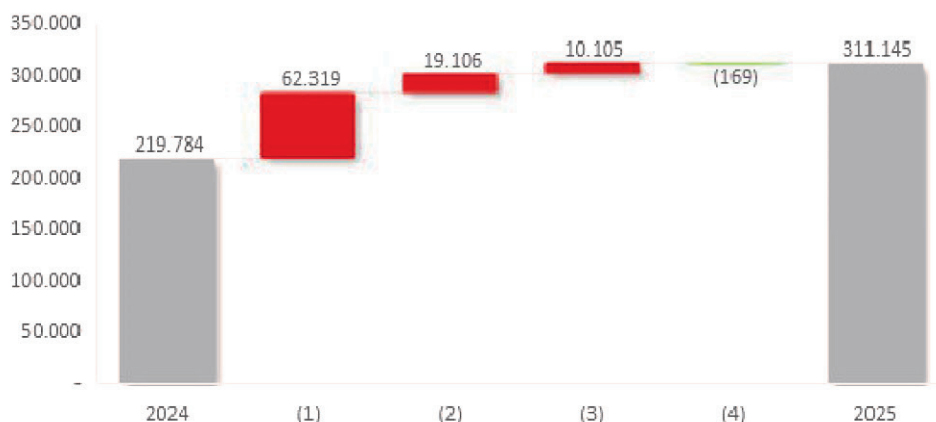
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O grupo Codemge aumentou em 15% seu resultado positivo de 2025, atingindo lucro líquido de aproximadamente **R\$ 2 bilhões**, o maior da sua história. Esse foi o quinto ano consecutivo em que a Codemge aumenta seu lucro líquido.

Além do resultado da SCP, o aumento do lucro de R\$ 266 milhões foi proporcionado também principalmente pela redução de 48% dos gastos com desenvolvimento e pelo aumento do resultado financeiro em 57%.

Despesas gerais e administrativas

Gráfico 3: despesas gerais e administrativas 2025 x 2024



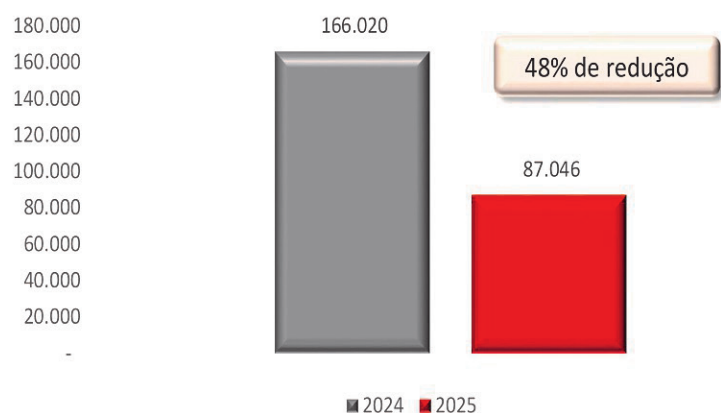
Fonte: Gerência Financeira da Codemge

A variação do saldo das despesas gerais e administrativas, R\$ 91 milhões em números absolutos, ocorreu pelos seguintes motivos:

- (1) Em 2025, foi reconhecido como Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) o montante de R\$ 75 milhões referentes principalmente aos contratos de arrendamentos;
- (2) Em 2025, o grupo gastou aproximadamente R\$ 18 milhões com serviços jurídicos e consultoria financeira, visando renovar o contrato com a CBMM para a exploração de nióbio;
- (3) Em 2025, variação devido principalmente ao aumento salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho e da reavaliação de enquadramento;
- (4) Outros.

Gastos com desenvolvimento

Gráfico 4: gastos com desenvolvimento 2025 x 2024

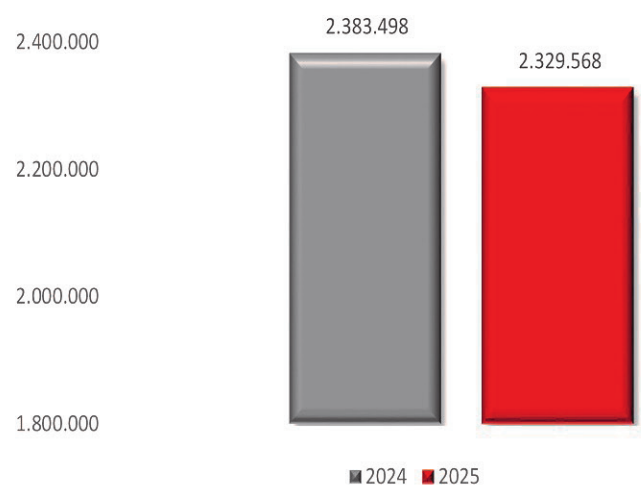


Fonte: Gerência Financeira da Codemge

Em 2025, os gastos com convênios de cooperação econômica ou técnica totalizaram R\$ 87 milhões, com o intuito de o grupo atuar como agente fomentador de projetos do estado. Em 2024, R\$ 138 milhões foram gastos, conforme previsto na Lei Estadual 24.601/2023, na qual a Codemge e sua controlada, Codemig, figuraram como interveniente financeiro, ao realizar o pagamento compensatório de trechos de rodovia do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG) para os municípios mineiros – esses gastos não se repetiram em 2025.

Patrimônio líquido

Gráfico 5: patrimônio líquido 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemge

O **patrimônio líquido** do Grupo reduziu R\$ 54 milhões. O Grupo apurou um resultado abrangente — lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes — de pouco mais de R\$ 2 bilhões. Foi destinada a quantia de aproximadamente R\$ 2 bilhões ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista) como dividendos e juros sobre capital próprio do exercício, sendo R\$ 1 bilhão do lucro individual da Codemge e R\$ 983 milhões do lucro da Codemig.

Ebitda

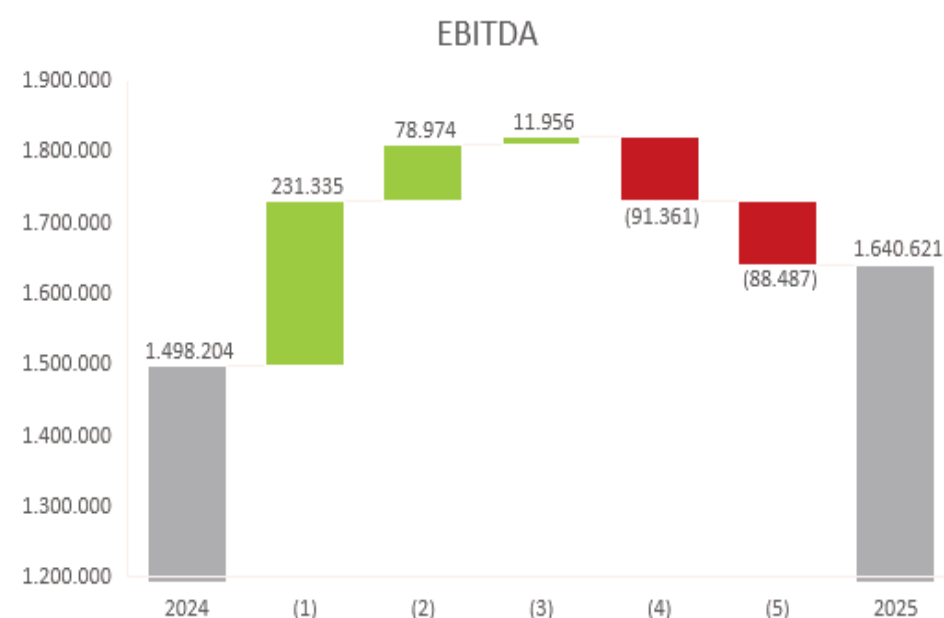
O Ebitda (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição gerencial adotada pela Codemge, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela a seguir, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Tabela 2: Ebitda 2025 x 2024

| | 2025 | 2024 |
|--|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício | 2.006.343 | 1.740.019 |
| (+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício | 16.470 | - |
| (-) Resultado financeiro positivo | (391.915) | (250.260) |
| (+) Depreciação e amortização | 9.723 | 8.445 |
| Ebitda - conforme ICVM 156/22 | 1.640.621 | 1.498.204 |

Fonte: Gerência Financeira da Codemge

Gráfico 6: Ebitda 2025 x 2024



Fonte: Gerência Financeira da Codemge

A variação positiva de 10% do Ebitda do Grupo, R\$ 142 milhões, decorre substancialmente de:

- (1) Aumento da receita líquida do exercício de 2025, comparativamente a 2024;
- (2) Em 2025, redução dos gastos com desenvolvimento, principalmente aqueles referentes a municipalização, que não ocorreram no período;
- (3) Impacto líquido de outras alterações no resultado, principalmente devido à redução dos custos dos imóveis vendidos;
- (4) Em 2025, refere-se principalmente ao reconhecimento como PECLD de valores em atraso relacionados a contratos de arrendamento;
- (5) Redução devido principalmente à venda da participação societária da Datora, que ocorreu em 2024; em 2025 não houve outras vendas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Codemge informa que a PricewaterhouseCoopers (PwC) foi contratada em 18 de junho de 2025. Esse contrato estará vigente por 15 meses, contados da data de sua assinatura, para realização dos serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes, com periodicidade de sete anos, atendendo à determinação da Resolução CFC: NBC PA 400 parágrafo R540.5.

Competem ao Comitê de Auditoria Estatutário opinar sobre a contratação de serviços de Auditoria e destituição de auditores independentes, bem como supervisionar as atividades desses profissionais, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

MODELO DE GOVERNANÇA

Nos últimos anos, a governança corporativa tem sido um alicerce do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Codemge. A Companhia tem buscado continuamente aperfeiçoar seus mecanismos e processos de acordo com as melhores práticas recomendadas por instituições referência no assunto, como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e em estrita observância à legislação.

Para mensurar seu nível de maturidade em relação ao tema, a Codemge realiza, anualmente, seu diagnóstico e autoavaliação pelos critérios do indicador IG-Sest, paradigma das melhores práticas de governança corporativa no âmbito federal, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. A partir do diagnóstico, é possível identificar as lacunas e direcionar esforços para as melhorias necessárias, impulsionando os resultados da Companhia, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional e gerando valor com perspectiva de longo prazo, a partir de bases fortes.

Em 2025, os resultados desse trabalho demonstraram que a Codemge se mantém no mais elevado nível de maturidade nos eixos Governança Corporativa e Políticas Públicas, demonstrando seu compromisso com as melhores práticas de mercado e a promoção da inovação no fluxo de seus processos, com forte cultura da ética, transparência e prestação de contas, gerando impacto positivo e sustentável para todos os *stakeholders*.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como nos anos anteriores, em 2025 a Companhia também contou com as diretrizes e as orientações do Comitê de Coordenação e Governança de Estatais (CCGE), presidido pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que tem como missão potencializar os resultados das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais e promover a articulação e integração dessas empresas à estratégia governamental.

A transparência, a equidade, a responsabilidade corporativa, a prestação de contas e a sustentabilidade são os fundamentos da Codemge para a efetiva geração de valor ao povo mineiro, no desenvolvimento de seu objeto social.

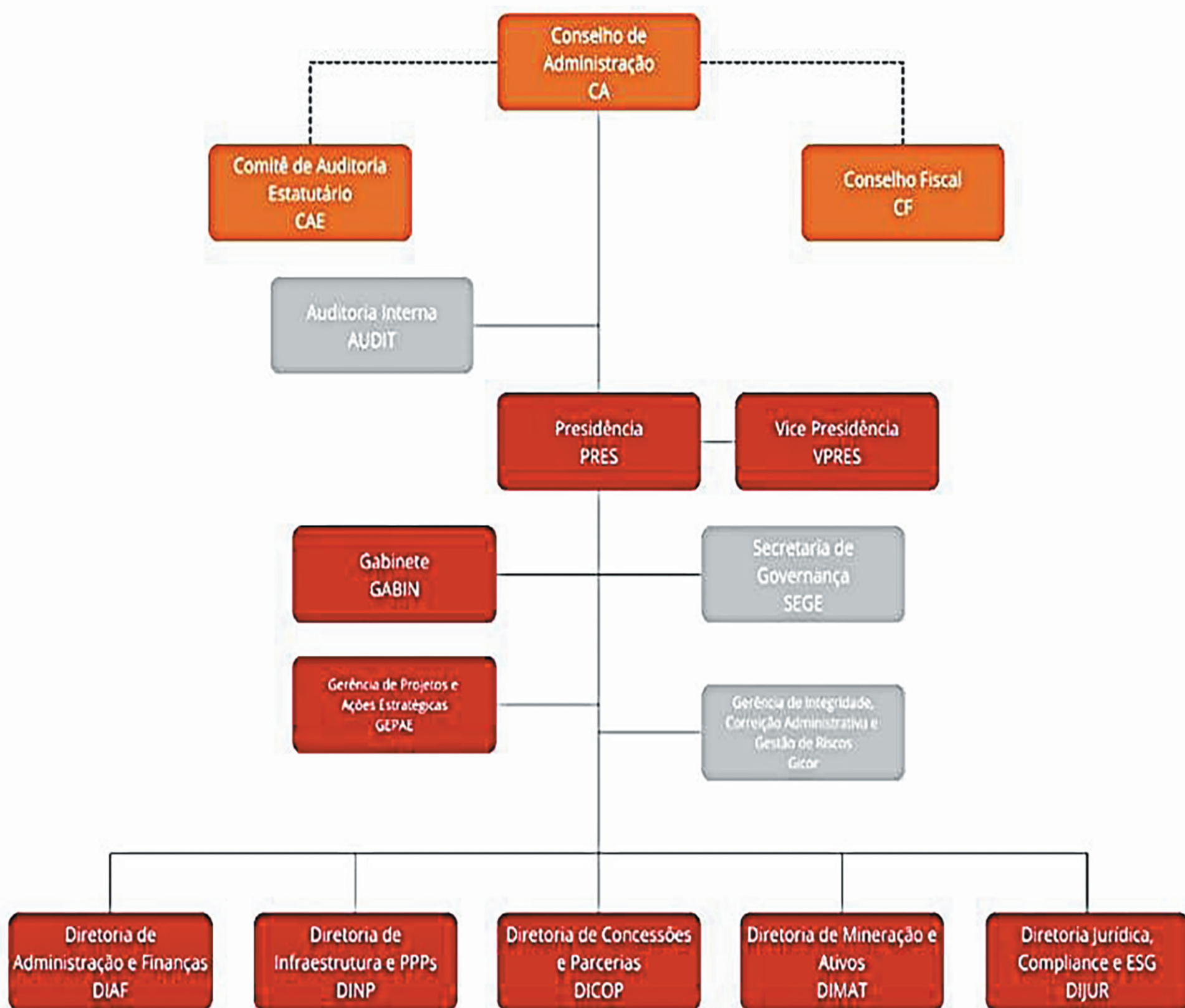
As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia são transversais e alcançam seus principais *stakeholders*, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, confiabilidade e transparência ao processo de tomada de decisão dos administradores, mitigando riscos e potencializando a geração de valor das ações e projetos implementados.

A Secretaria de Governança é a área que coordena e gerencia a governança corporativa no âmbito da Codemge, buscando sistematicamente seu aprimoramento em suas três principais frentes de trabalho: relacional, estratégica e operacional.

ESTRUTURAS DE GOVERNANCA

A estrutura de governança da Codemge e da Codemig é compartilhada e composta por acionistas, Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Secretaria de Governança, Gabinete, Auditoria Interna, Gerência de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos, Gerência de Projetos e Ações Estratégicas e Auditores independentes.

Suas competências e responsabilidades encontram-se especialmente disciplinadas no Estatuto Social e nos Regimentos Internos da Companhia, além de estarem contidas nas Leis 13.303/2016 e 6.404/1976 e demais legislações aplicáveis.



A composição completa dos órgãos de governança da Codemge está disponível no site da Companhia: <https://codemge.com.br/estrutura/>



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| Ativo | Notas | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|--------------|-----------|-------------|-----------|--|-------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 2.524 | 86.572 | 2.524 | 282.081 | Contas a pagar | 19 | 10.769 | 3.579 | 10.769 | 635.286 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 685.893 | 691.719 | 685.893 | 1.983.532 | Tributos a recolher | 20 | 8.414 | 7.888 | 8.414 | 8.816 |
| Bancos e aplicações de convênios | 7 | 13.703 | 17.316 | 13.703 | 17.316 | Salários e encargos sociais | 22 | 24.065 | 21.192 | 24.065 | 21.192 |
| Contas a receber | 8 | 76.470 | 91.092 | 76.470 | 508.063 | Adiantamento de convênios | 23 | 13.703 | 17.316 | 13.703 | 17.316 |
| Dividendos a receber | 9 | 315.035 | 306.805 | - | 2.051 | Adiantamentos e cauções recebidas | 24 | 3.093 | 1.665 | 3.093 | 1.665 |
| Tributos a recuperar | 10 | 18.884 | 22.845 | 18.884 | 48.374 | Dividendos a pagar | 21 | 229.684 | 215.791 | 229.684 | 510.563 |
| Partes relacionadas | 13 | 881 | 698 | - | - | Outras contas a pagar | | 2.508 | 10.898 | 2.508 | 10.898 |
| Outros ativos circulantes | | 1.380 | 1.095 | 1.380 | 1.095 | | | 292.236 | 278.329 | 292.236 | 1.205.736 |
| | | 1.114.770 | 1.218.142 | 798.854 | 2.842.512 | | | | | | |
| Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas | 14 | 325.337 | - | 3.152.231 | - | Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas | 14 | - | - | 2.199.291 | - |
| Total do ativo circulante | | 1.440.107 | 1.218.142 | 3.951.085 | 2.842.512 | Total do passivo circulante | | 292.236 | 278.329 | 2.491.527 | 1.205.736 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Tributos a recolher | 20 | 14.313 | 11.691 | 14.313 | 11.691 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 238.836 | 208.119 | 238.836 | 677.756 | Adiantamentos e cauções recebidas | 24 | - | - | - | 795.947 |
| Contas a receber | 8 | 87.992 | 89.488 | 87.992 | 89.488 | Provisão para contingências | 25 | 11.788 | 10.398 | 11.788 | 56.682 |
| Tributos a recuperar | 10 | 37.405 | 12.748 | 37.405 | 12.819 | Partes relacionadas | 13 | 24.757 | 24.757 | - | - |
| Depósitos judiciais | 11 | 29.957 | 27.714 | 29.957 | 27.714 | Total do passivo não circulante | | 50.858 | 46.846 | 26.101 | 864.320 |
| Estoque de imóveis a comercializar | 12 | 8.276 | 10.894 | 8.276 | 10.894 | Total passivo | | 343.094 | 325.175 | 2.517.628 | 2.070.056 |
| Instrumentos financeiros patrimoniais | 15 | 116.987 | 156.412 | 116.987 | 156.412 | Patrimônio líquido | 26 | | | | |
| | | 519.453 | 505.375 | 519.453 | 975.083 | Capital social | | 646.845 | 546.845 | 646.845 | 546.845 |
| Investimentos | 16 | 15.310 | 317.712 | 1.785 | 2.393 | Reserva de capital | | 580.943 | 580.943 | 580.943 | 580.943 |
| Imobilizado | 17 | 369.119 | 359.794 | 369.119 | 628.838 | Ajustes de avaliação patrimonial | | 26.814 | 21.127 | 26.814 | 21.127 |
| Intangível | 18 | 5.754 | 4.439 | 5.754 | 4.728 | Reservas de lucro | | 752.047 | 931.372 | 752.047 | 931.372 |
| | | 390.183 | 681.945 | 376.658 | 635.959 | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | | 2.006.649 | 2.080.287 | 2.006.649 | 2.080.287 |
| Total do ativo não circulante | | 909.636 | 1.187.320 | 896.111 | 1.611.042 | Participação dos não controladores | | - | - | 322.919 | 303.211 |
| Total do ativo | | 2.349.743 | 2.405.462 | 4.847.196 | 4.453.554 | Total do patrimônio líquido | | 2.006.649 | 2.080.287 | 2.329.568 | 2.383.498 |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.349.743 | 2.405.462 | 4.847.196 | 4.453.554 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receita líquida | 27 | 76.204 | 84.841 | 2.004.906 | 1.773.571 |
| Custo dos imóveis vendidos ou doados | | (315) | (7.007) | (315) | (7.007) |
| Lucro bruto | | 75.889 | 77.834 | 2.004.591 | 1.766.564 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 28 | (271.233) | (200.496) | (311.145) | (219.784) |
| Projetos e parcerias | 29 | (7.992) | (8.864) | (7.992) | (8.864) |
| Gastos com desenvolvimento | 30 | (7.117) | (49.684) | (87.046) | (166.020) |
| Resultado com participações societárias | 16 | 811.703 | 887.877 | 2.211 | 5.293 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 31 | 165.058 | 82.951 | 30.279 | 112.570 |
| | | 690.419 | 711.784 | (373.693) | (276.805) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 766.308 | 789.618 | 1.630.898 | 1.489.759 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | 32 | 157.540 | 105.267 | 400.312 | 256.964 |
| Despesas financeiras | 32 | (5.113) | (3.716) | (8.397) | (6.704) |
| | | 152.427 | 101.551 | 391.915 | 250.260 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 918.735 | 891.169 | 2.022.813 | 1.740.019 |
| Imposto de renda e contribuição social | 33 | - | - | (16.470) | - |
| Lucro líquido do exercício | | 918.735 | 891.169 | 2.006.343 | 1.740.019 |
| Atribuível à: | | | | | |
| Acionistas da Companhia | | | | 918.735 | 891.169 |
| Participação dos não controladores | | | | 1.087.608 | 848.850 |
| | | | | 2.006.343 | 1.740.019 |
| Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia no exercício (expressos em R\$ por ação) | | | | | |
| Lucro básico e diluído por ação | 34 | | | 4.476,81 | 4.342,48 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|--------------|---------|-------------|-----------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido do exercício | | 918.735 | 891.169 | 2.006.343 | 1.740.019 |
| Baixa do ajuste de avaliação patrimonial distrato SCP | | | | | |
| Águas | 16 | 2.099 | - | 2.099 | - |
| Ganho / (Perda) de valor justo de investimentos avaliados a VJORA | 15 | 6.296 | 9.644 | 6.296 | 9.644 |
| Tributos diferidos sobre os ganhos e perdas de valor justo | | (2.621) | (3.237) | (2.621) | (3.237) |
| Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas | 16 | (87) | 638 | (87) | 638 |
| | | 5.687 | 7.045 | 5.687 | 7.045 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | 924.422 | 898.214 | 2.012.030 | 1.747.064 |
| Atribuível à: | | | | | |
| Acionistas da Companhia | | | | 924.422 | 898.214 |
| Participação dos não controladores | | | | 1.087.608 | 848.850 |
| | | | | 2.012.030 | 1.747.064 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| | Capital social | Reserva de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Reserva de lucros | | Lucros acumulados | Total | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido |
|--|----------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|-----------|------------------------------------|-----------------------------|
| | | | | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 574.396 | 580.943 | 14.082 | 62.996 | 672.705 | - | 1.905.122 | 317.852 | 2.222.974 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 891.169 | 891.169 | 848.850 | 1.740.019 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas | - | - | 7.045 | - | - | - | 7.045 | - | 7.045 |
| Total do resultado abrangente do exercício | - | - | 7.045 | - | - | 891.169 | 898.214 | 848.850 | 1.747.064 |
| Outras mutações no patrimônio líquido | | | | | | | | | |
| Redução de capital | (27.551) | - | - | - | - | - | (27.551) | - | (27.551) |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | 668.376 | (668.376) | - | - | - |
| Constituição de dividendos (nota 26(e)) | - | - | - | - | (472.705) | (170.793) | (643.498) | (854.671) | (1.498.169) |
| Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 26(e)) | - | - | - | - | - | (52.000) | (52.000) | (8.820) | (60.820) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 546.845 | 580.943 | 21.127 | 62.996 | 868.376 | - | 2.080.287 | 303.211 | 2.383.498 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 918.735 | 918.735 | 1.087.608 | 2.006.343 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais | - | - | 5.687 | - | - | - | 5.687 | - | 5.687 |
| Total do resultado abrangente do exercício | - | - | 5.687 | - | - | 918.735 | 924.422 | 1.087.608 | 2.012.030 |
| Outras mutações no patrimônio líquido | | | | | | | | | |
| Aumento do capital social (nota 26(a)) | 100.000 | - | - | - | (100.000) | - | - | - | - |
| Constituição de reservas | - | - | - | - | 689.051 | (689.051) | - | - | - |
| Constituição de dividendos (nota 26(e)) | - | - | - | - | (768.376) | (159.684) | (928.060) | (1.042.667) | (1.970.727) |
| Constituição de juros sobre o capital próprio (nota 26(e)) | - | - | - | - | - | (70.000) | (70.000) | (25.233) | (95.233) |
| Em 31 de dezembro de 2025 | 646.845 | 580.943 | 26.814 | 62.996 | 689.051 | - | 2.006.649 | 322.919 | 2.329.568 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 918.735 | 891.169 | 2.006.343 | 1.740.019 |
| Ajuste de: | | | | |
| Depreciação e amortização | 6.200 | 5.446 | 9.723 | 8.445 |
| Adequação ao valor recuperável de ativos | (4.880) | (5.733) | (33.794) | (34.232) |
| Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa | 75.692 | 15.269 | 75.692 | 15.269 |
| Extinção investida e liquidação instrumentos financeiros | 2.099 | - | 2.099 | - |
| Receita de dividendos de ativos mantidos para distribuição aos acionistas | (164.220) | - | (5) | - |
| Receitas financeiras | (152.450) | (86.457) | (386.123) | (233.317) |
| Despesas financeiras | 2.492 | 1.601 | 5.334 | 5.217 |
| Perda na baixa de imobilizado e outros ativos | 674 | 1.586 | 674 | 1.586 |
| Resultado com participações societárias | (811.703) | (887.877) | (2.211) | (5.293) |
| Variações em provisões, benefícios e incentivos | 62 | (1.188) | 143 | (1.361) |
| Ajustes de ativos e passivos operacionais: | | | | |
| Redução / (aumento) títulos e valores mobiliários para negociação imediata | 73.471 | (218.920) | (440.257) | (571.180) |
| (Aumento) / redução no contas a receber | (48.435) | (102.360) | 90.843 | (320.996) |
| Redução dos impostos e contribuições a recuperar | 2.576 | 12.508 | 11.247 | 3.909 |
| Redução de estoque de imóveis | 2.662 | 7.623 | 2.662 | 7.623 |
| Redução / (aumento) de depósitos judiciais | 51 | 11.544 | (1.420) | 11.544 |
| (Aumento) / redução de ativos líquidos com partes relacionadas | (183) | 49 | - | - |
| Redução / (aumento) de outros ativos | 1.383 | (369) | 1.383 | (369) |
| Aumento / (redução) no contas a pagar | 7.190 | (1.267) | 189.700 | 81 |
| Aumento / (redução) dos tributos a recolher | 527 | (1.221) | 1.853 | (4.212) |
| Aumento de salários e encargos sociais | 2.873 | 1.275 | 2.873 | 1.275 |
| Aumento de adiantamentos de clientes | 1.359 | 772 | 70.516 | 249.085 |
| (Redução) / aumento de outras contas a pagar | (8.390) | 3.356 | (8.390) | 3.356 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | 926.515 | 788.051 | 2.051 | 6.895 |
| Caixa gerado nas operações | 834.300 | 434.857 | 1.600.936 | 883.344 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | (5.057) | (2.960) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 834.300 | 434.857 | 1.595.879 | 880.384 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aporte em títulos e valores mobiliários | (50.832) | (246.072) | (497.609) | (419.072) |
| Resgate de títulos e valores mobiliários | 63.649 | 66.279 | 669.287 | 564.245 |
| Aquisição de imobilizado | (11.375) | (5.469) | (11.935) | (5.469) |
| Aquisição de direitos contratuais, marcas e patentes e software | (1.718) | (1.867) | (1.718) | (1.867) |
| Aporte / (redução) de capital em controladas e coligadas | (219) | 63.346 | (219) | 63.346 |
| Recebimento venda intercompany | 20.593 | - | - | - |
| Aporte em fundos de investimento | (1.054) | (1.483) | (1.054) | (1.483) |
| Amortização de cotas em fundos de investimento | 46.775 | 55.349 | 46.775 | 55.349 |
| Fluxo de caixa líquido originado / (aplicado) nas atividades de investimento | 65.819 | (69.917) | 203.527 | 255.049 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Juros sobre capital próprio distribuídos | (45.000) | (17.000) | (65.335) | (28.760) |
| Dividendos distribuídos | (939.167) | (664.817) | (1.812.059) | (1.408.109) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (984.167) | (681.817) | (1.877.394) | (1.436.869) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido | (84.048) | (316.877) | (77.988) | (301.436) |
| Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro | 86.572 | 403.449 | 282.081 | 583.517 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa de ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas | 2.524 | 86.572 | 204.093 | 282.081 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido | (84.048) | (316.877) | (77.988) | (301.436) |

(*) A movimentação da demonstração dos fluxos de caixa inclui também os saldos de ativos e passivos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas, conforme demonstrado nota 14.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “Estado de Minas”), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Em 31 de dezembro, a Codemge possui o controle acionário da Codemig com participação de 51%.

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda-se que se refere a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

Em 04 de novembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram a redução do capital social da Codemge. A redução aprovada correspondeu ao montante de R\$ 325.337 para o acionista Estado de Minas Gerais e de R\$ 3 para o acionista MGI. Como forma de remuneração, o Estado recebeu 83.000 ações ordinárias e 83.000 ações preferenciais da Codemig, enquanto o acionista MGI recebeu sua parcela de redução em caixa.

Referida redução tornou-se efetiva após o decurso do prazo legal de 60 dias contados da data da Assembleia, conforme previsto na Lei nº 6.404/76. Com a efetivação da operação, a Codemge deixou de deter o controle acionário da Codemig, passando sua participação para 5%, enquanto o Estado passou a exercer o controle acionário direto, com participação de 95%.

Embora a redução de capital tenha se tornado efetiva apenas em janeiro de 2026, após o cumprimento do prazo legal, nestas demonstrações financeiras o valor do investimento foi reclassificado para ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas. Informações adicionais sobre essa reclassificação encontram-se divulgadas na nota 14.

(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, ratificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Codemig.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (c)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir lucros através de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig foram questionadas administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”), de forma que a condução dos casos foi realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial movida pelo MPMG sobre o tema foi julgada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. Em outubro de 2024, no âmbito do TCE-MG, foi julgada a extinção de um dos processos, sem resolução de mérito, e em agosto de 2025, houve a extinção do último procedimento sobre o tema. Não há outros questionamentos em aberto relacionados à cisão da Codemig.

(b) Objeto social

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma a: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei nº 13.303/2016, da Lei Estadual nº 14.892/2003 e da Lei Estadual nº 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação social e ambiental; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional; (xviii) conceber e executar modelagem de projetos de concessão e privatização.

(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

A Codemig, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido na Escritura Pública de constituição da Sociedade em Conta de Participação (“Escritura Pública”), após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (anticipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recurso do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 19.

Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados, a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2025 foram devolvidos à CBMM R\$598.906 para quitação do IR/CS da SCP de 2024 (R\$619.728 em janeiro 2024, referente ao IR/CS de 2023), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

Em outubro de 2025 a Codemig assinou um novo acordo com a CBMM, substituindo o contrato anterior que terminaria em 2032, assegurando a manutenção da participação de 25% do lucro líquido com a exploração do nióbio por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos, o que pode levar a vigência até 2070.

O novo instrumento reforça as regras de fiscalização e garante a participação da Codemig no lucro da comercialização de outros materiais pela CBMM, incluindo terras raras, sem exigir novos investimentos da estatal. Também estabeleceu que os rejeitos e estereis passam a ser propriedade e responsabilidade da CBMM, mas garantindo à Codemig participação nos lucros caso venham a ser utilizados.

A renovação do acordo se deu de forma antecipada em virtude de estudos econômicos apontarem que era a melhor decisão para garantir a manutenção e o crescimento das receitas da Codemig no futuro, além de ampliar o valor de mercado da Companhia no cenário atual. Dentre os benefícios da renovação podem ser destacados os seguintes avanços:

- Lavra igualitária: o acordo anterior já previa a obrigação de extração do minério das minas de forma igualitária, porém havia discussões em relação ao fato da mina da Codemig possuir nióbio com teor mais elevado e a mina da CBMM possuir maior volume de minério. O aumento do prazo de vigência do acordo resolve a questão porque prevê o encerramento do acordo após a exaustão de ambas as minas, em que maior quantidade de minério terá sido extraído da mina da CBMM, considerando-se tanto teor, quanto volume.
- Terras raras e outros minerais: o novo acordo proporciona a Codemig o direito de recebimento da participação de 25% do lucro referente à exploração de terras raras ou qualquer outro mineral sem a obrigação de investimentos necessários para implantação da nova operação. O acordo anterior já previa a possibilidade de participação da Codemig nos ganhos na exploração de novos minerais, mas com a condição de que a Companhia investisse o percentual de 25%. O novo acordo retira essa obrigação de investimento.
- Patrimônio da parceria: atualmente a Codemig tem o direito a eventuais ganhos em relação ao aproveitamento dos rejeitos da operação, no entanto, embora possuam valor econômico, não é viável a sua comercialização no momento. O novo acordo resguarda o direito à participação dos lucros com o aproveitamento de rejeitos mesmo após o encerramento da parceria, até 2085.

iv) Governança: o novo acordo prevê a criação de um novo comitê de auditoria, compliance, governança e sustentabilidade e ainda formaliza práticas e procedimentos que já eram realizados gerando maior segurança jurídica e eliminando riscos.

Além disso, a reformulação dos documentos da parceria representa um aprimoramento técnico que atualiza normas contábeis, fiscais e diretrizes vigentes, aumentando a eficiência operacional e a clareza dos processos. A nova Escritura Pública substituiu integralmente os contratos de arrendamento anteriores, sem encerrar a SCP ou afetar as atividades da Comipa, consolidando os termos em um documento único e completo. Além disso, a Escritura passa a prever que quaisquer atualizações legais, fiscais ou contábeis relacionadas ao lucro líquido serão automaticamente incorporadas aos seus critérios e que o prazo para impugnação da prestação de contas do lucro líquido foi ampliado, permitindo revisões mais precisas e fortalecendo a fiscalização contratual.

(d) Política Estadual de Desestatização – PED

Foi publicado, no dia 27 de novembro de 2019, pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a reestruturação do setor público e o equilíbrio fiscal, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED.

O reposicionamento estratégico da Companhia, com intuito de reavaliação da sua carteira de ativos, foi questionado administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). Em setembro de 2023, foi proferida nova decisão pelo TCE-MG determinando abstenção de atos visando a continuidade deste Programa de Gestão de Portfólio. Contra a referida decisão houve interposição de recurso pela Companhia e nos períodos seguintes, houve concessão de efeito suspensivo em relação a alguns ativos. Como o Estado de Minas Gerais (“EMG”) também foi acionado administrativamente, a condução dos casos foi realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). O referido processo de representação foi julgado em fevereiro de 2025 pelo TCE-MG, cujo acórdão foi publicado em março de 2025 e a decisão foi acatada com adoção das providências de cancelamento do Programa de Gestão de Portfólio e apresentação de Plano de Desinvestimentos para acompanhamento. No entanto, foi aberto pelo próprio TCE-MG um novo processo de acompanhamento em que está sendo avaliado o Plano de Desinvestimentos apresentado pela Companhia. No âmbito deste acompanhamento foi emitido um relatório técnico apontando necessidade de adequação do referido plano fazendo constar parâmetros e métricas para avaliação de sua execução, cronograma e outras informações, com manifestação em resposta apresentada e em curso avaliação pela área técnica do TCE-MG.

O mesmo tema foi objeto de investigação em outro processo administrativo junto ao Ministério Público Estadual (“MPMG”) no qual, em julho de 2024, foi assinado Termo de Acordo de Mediação entre partes, firmado no COMPOR do MPMG, e homologado judicialmente em outubro de 2024, nos termos da legislação aplicável.

(e) Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais

Em 7 de agosto de 2023 foi instituído o Decreto nº48.670, no qual dispõe sobre a Política de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais (“PPPMG”). Com ele, torna-se permitido que os órgãos e as entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo autorizem a Codemge a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas qualificados pelo Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas à PPPMG, sob a supervisão da SEINFRA.

A Codemge, quando atuar na estruturação e modelagem da PPPMG, poderá ser ressarcida pelos dispêndios devidamente comprovados com a contratação de terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração de projetos de concessões e parcerias público-privadas, mediante pagamento a ser realizado pelo vencedor da licitação.

A Companhia passa a atuar em parceria ao Estado de Minas Gerais prestando apoio técnico na análise de viabilidade dos projetos, elaboração de chamamentos públicos, avaliação de propostas e estudos, passando pela modelagem econômico-financeira, técnica e regulatória, até a promoção junto a investidores. A Codemge já atuava na área, por meio do acordo de cooperação técnica com a SEINFRA e teve seu papel ampliado por meio do novo dispositivo.

Para maiores detalhes de desembolsos da Codemge em projetos de concessões e parcerias público-privadas para o Estado de Minas Gerais vide notas 23 e 29.

(f) Municipalização de Rodovias

Em 11 de dezembro de 2023 foi aprovada a Lei Estadual 24.601 autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) a transferir, a título de descentralização da sua malha rodoviária, para os municípios mineiros, trechos de rodovia com caráter urbanos ou em área de expansão urbana.

Na referida lei foi previsto o pagamento compensatório de R\$700 por quilômetro de rodovia objeto de transferência de domínio podendo o pagamento ser realizado pela Codemge e suas subsidiárias. Em virtude da transferência, as despesas com manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação das rodovias passam a ser de responsabilidade do município adquirente.

Para o cumprimento de tal compensação financeira pelo Grupo, em março de 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o DER-MG. O repasse é requerido quando da assinatura dos Termos de Transferência em que o Grupo irá figurar como interveniente financeiro responsável pelo repasse total ou parcial da compensação. Para detalhes sobre valores repassados no exercício, vide nota 30.

(g) Federalização da Codemge

Em julho de 2024, houve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (“ALMG”), a proposição de emenda constitucional, PEC nº 41/2024, que acrescenta dois parágrafos ao art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado (“ADCT”), com o objetivo de permitir a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Codemig. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça ainda em julho de 2024 e no momento estão aguardando o parecer da comissão especial.

Em julho de 2025 foram sancionadas pelo Governador do Estado de Minas Gerais as Leis Estaduais nº 25.368 e 25.369, resultante das respectivas promulgações dos Projetos de Lei 3.734 e 3.735/2025 que autorizam o Poder Executivo “a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Codemig e Codemge, respectivamente, na totalidade ou em parte, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025” condicionada à adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (“Propag”), inteligência do artigo 1º e seu §1º.

O Propag é um programa de refinanciamento da dívida dos Estados e do Distrito Federal com a União. A adesão ao Propag permite que as dívidas sejam reduzidas tanto por meio da entrega de ativos quanto pela queda dos juros. Em troca, parte da economia obtida deverá ser investida em áreas prioritárias, como educação e segurança pública, e outra parte irá para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que redistribuirá recursos para projetos estruturais em todo o país. Assim, o Propag converte a redução dos juros em investimentos que beneficiam diretamente a população.

Em 06 de novembro de 2025, o Estado enviou à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a solicitação de adesão de Minas Gerais ao Propag. Na relação dos ativos oferecidos, a cessão da participação da Codemge se apresenta na 11ª posição de prioridade indicada ao Governo Federal. A aceitação dos ativos está condicionada à avaliação técnica e à anuência da União. Em 31 de dezembro de 2025, o Estado de MG formalizou sua adesão ao Propag por meio da assinatura de um aditivo contratual.

(h) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela Administração do Grupo em 23 de abril de 2026.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na nota 2.6.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.7 e 2.8.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

Resalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício comparativo apresentado.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

• **Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Tendo o Grupo realizado a avaliação das alterações acima, concluiu pela não existência de impactos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros - Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18.

• **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma e alterações permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** as melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais. As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária.

• **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionadas.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Imposição de tarifas de 50% sobre exportações brasileiras aos EUA

Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos.

A referida tarifa gerou impacto para os escritórios da CBMM na América do Norte, contudo, esses efeitos foram amplamente mitigados por meio de negociações com clientes, estratégias logísticas, adoção de produtos alternativos e ajustes de precificação para novos clientes. A equipe da CBMM continua monitorando e acompanhando o cenário, mas não tem expectativa de maiores impactos financeiros.

(b) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.3 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem apenas a Codemig, conforme apresentado abaixo:

| Investidas | Principal atividade | % participação | |
|--|-------------------------|----------------|------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Controladas | | | |
| Companhia de Desenvolvimento Econômico de MG - CODEMIG (i) | Invest. na SCP com CBMM | 51 | 51 |
| (i) Vide notas 14 e 16 com informações sobre a alteração de participação no capital e a classificação como Ativos e Passivos disponíveis para distribuição aos acionistas. | | | |

2.4 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, em que o investimento inicial é reconhecido ao custo e ajustado ao longo do tempo, para fins de mensuração das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado com participações societárias", na demonstração do resultado.

(b) Quadro resumo das controladas e coligadas e participações

Nos exercícios apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

| Investidas (nota 16) | Principal atividade | % participação | |
|--|---|----------------|------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Controladas | | | |
| Companhia de Desenvolvimento Econômico de MG - CODEMIG (i) | Invest. na SCP com CBMM | 51 | 51 |
| Coligadas | | | |
| SPE - Palácio das Mangabeiras | Realização eventos culturais | 50 | 50 |
| Companhia de Mineração Pirocloro de Araxá - COMIPA | Mineração de nióbio | 51 | 51 |
| Instrumentos financeiros patrimoniais (nota 15) | | | |
| | Principal atividade | % participação | |
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| FIP Aerotec | Aeroespacial e manufaturas aditivas e avançadas | 91 | 91 |
| FIP Seed4Science | Capital semente em biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas e materiais avançados | 8 | 8 |
| FIP Biotec e ciências da vida | Biotecnologia e ciências da vida | 53 | 53 |

(i) Vide notas 14 e 16 com informações sobre a alteração de participação no capital e a classificação como Ativos e Passivos disponíveis para distribuição aos acionistas.

2.5 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(ii) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ou valor justo por meio do resultado - VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao VJR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(iii) Redução ao valor recuperável

O Grupo aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

O monitoramento do risco de crédito dos clientes é efetuado trimestralmente considerando dados históricos e avaliação do desempenho financeiro dos mesmos, principalmente a SCP. Considerando a CBMM como seu principal cliente, ressalta-se que tal avaliação não registrou qualquer saldo de perdas esperadas do contas a receber junto a CBMM. Para as demais contas a receber,

o Grupo avaliou, por meio das metodologias de avaliação disponíveis retro mencionadas, e possui um *impairment* do contas a receber de R\$103.538 (R\$28.113 em dezembro de 2024), dos quais R\$7.217 já estavam reconhecidos pela Codemig anteriormente à Cisão. Outros detalhes sobre o cálculo da estimativa estão na nota 2.8 (b) e na nota 8.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado para perda. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos em conformidade com a política do Grupo, podendo ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na sua mensuração. Anualmente é feita uma avaliação interna do Grupo, como determinado pela sua política, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o Grupo revisa o valor recuperável do ativo individual ou da unidade geradora de caixa que tal ativo faz parte, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável periodicamente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

O Grupo contratou empresas especializadas para realizar a avaliação dos seus ativos, o que resultou em ajustes na provisão para perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica para cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(g) Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Também se aplica a ativo classificado como destinado a ser distribuídos aos sócios na condição de acionistas.

(h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | |
|---------------------------|--------------|
| Prédios e benfeitorias | 26 a 80 anos |
| Equipamentos operacionais | 5 a 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos em conformidade com a política do Grupo, e pode ser avaliado em período menor que um exercício caso sejam identificados indicativos internos ou externos que impactem na vida útil do bem. Havendo alteração da vida útil esta é ajustada de forma prospectiva.

(i) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

(j) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e para recuperação ambiental são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(i) Provisão para descomissionamento da mina

O planejamento de fechamento da mina consiste em um conjunto de diretrizes e boas práticas voltadas para o encerramento das atividades de uma jazida mineral, com uma perspectiva de legado pós-mineração.

Variações nos valores dos gastos estimados para descomissionamento da mina ou ainda em função da atualização de sua vida útil serão reconhecidas como ajustes (para mais ou para menos) do custo do imobilizado.

(k) Benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 1º de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 1º de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemge (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$3.200 (R\$2.571 em 31 de dezembro de 2024). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(l) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais.

O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte a sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 27.

Receita de arrendamentos

A receita é reconhecida por competência, conforme contratos firmados entre o Grupo e os arrendatários, sendo que para alguns, o valor do arrendamento é fixo, enquanto para outros, é definido um percentual do faturamento do arrendatário. Os contratos em sua maioria são de periodicidade mensal.

Receita com vendas, serviços e locações

A receita é reconhecida conforme são realizadas as vendas ou prestados os serviços. A maior parte dessas receitas provém de contratos de vendas de distritos industriais, para maiores detalhes vide nota 12.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

(m) Tributos sobre a renda

(i) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Tributos diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo possui um relevante ativo fiscal diferido decorrente de sucessivos prejuízos fiscais e entende que não existem riscos relevantes de materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo. Ainda assim, o Grupo passou a reconhecer contabilmente e divulgar os saldos de tributos diferidos, ainda que sejam compensados, ativos e passivos, entre si. Os passivos diferidos referentes às diferenças de depreciação fiscal e gerencial são compensados com os ativos diferidos fruto do prejuízo fiscal. Para maiores informações vide nota 33.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

(n) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

(o) Arredondamentos de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.7 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisões para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

(c) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

(i) Ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.6 (f).

Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas. Para aqueles ativos que foram realizados testes no exercício anterior e para os quais não existem indicações de possíveis desvalorizações no exercício corrente, não foram realizados novos testes.

2.8 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2025, após apurar novo prejuízo fiscal, a Companhia conta com um prejuízo fiscal e base negativa de R\$655.250 em cada conta (R\$ 632.000 em 31 de dezembro de 2024). O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.213.430 (R\$1.210.761 em 31 de dezembro de 2024) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.219.898 (R\$1.217.229 em 31 de dezembro de 2024).

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é decorrente de sua participação societária na Codemig, que consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. Analisando as demais receitas e despesas apuradas pela Codemig ao longo deste exercício, a Administração julgou não haver expectativa de lucro fiscal futuro.

(b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e consequentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas

Quando é esperado que ativos não circulantes sejam disponibilizados para venda ou para distribuição aos acionistas na sua condição de proprietários, os mesmos devem ser reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda ou distribuição aos acionistas de forma separada no balanço patrimonial e ainda devem ser mensurados pelo menor valor entre o valor contábil registrado e o valor justo líquido das despesas de venda.

Para que os ativos sejam reclassificados eles precisam estar disponíveis para venda ou distribuição em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos habituais. A venda ou distribuição deve ser altamente provável, ou seja, a administração precisa estar comprometida com o plano de venda ou distribuição do ativo e esse plano em regra precisa ser concluído em até um ano.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de novembro de 2025, foi deliberada a redução do capital da Companhia, por meio da diminuição parcial do investimento na controlada Codemig, como forma de remuneração ao acionista EMG. Diante dessa deliberação, a Administração concluiu que o referido investimento deveria ser reclassificado para ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas, em conformidade com o CPC 31. O montante reclassificado totalizou R\$ 325.337, em consonância com o respectivo ato societário. Para mais detalhes, ver Nota 14.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito a seguir, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e risco cambial.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento:

| | Controladora | | | | |
|--|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|-----------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | | | | |
| Contas a pagar | 10.769 | - | - | - | 10.769 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | - | - | 24.757 | - | 24.757 |
| Adiantamento de convênios | 13.703 | - | - | - | 13.703 |
| Adiantamentos e cauções recebidos | 3.093 | - | - | - | 3.093 |
| Dividendos a pagar | 229.684 | - | - | - | 229.684 |
| Outras contas a pagar | 2.508 | - | - | - | 2.508 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Contas a pagar | 3.579 | - | - | - | 3.579 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | - | - | 24.757 | - | 24.757 |
| Adiantamento de convênios | 17.316 | - | - | - | 17.316 |
| Adiantamentos e cauções recebidos | 1.665 | - | - | - | 1.665 |
| Dividendos a pagar | 215.791 | - | - | - | 215.791 |
| Outras contas a pagar | 10.898 | - | - | - | 10.898 |
| | Consolidado | | | | |
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | | | | |
| Contas a pagar | 10.769 | - | - | - | 10.769 |
| Adiantamento de convênios | 13.703 | - | - | - | 13.703 |
| Adiantamentos e cauções recebidos | 3.093 | - | - | - | 3.093 |
| Dividendos a pagar | 229.684 | - | - | - | 229.684 |
| Outras contas a pagar | 2.508 | - | - | - | 2.508 |
| Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas | 1.283.663 | 340.901 | 292.200 | 232.003 | 2.148.767 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Contas a pagar | 635.286 | - | - | - | 635.286 |
| Adiantamento de convênios | 17.316 | - | - | - | 17.316 |
| Adiantamentos e cauções recebidos | 1.665 | - | 552.964 | 242.983 | 797.612 |
| Dividendos a pagar | 510.563 | - | - | - | 510.563 |
| Outras contas a pagar | 10.898 | - | - | - | 10.898 |

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação.

Aplicações financeiras:

O Grupo possui aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, realizado inicialmente por meio da Corretora Órama e migrado para a nova conta no BTG Pactual (Corretora Necton Investimentos), destinado a investidores qualificados, com liquidez D+71 e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, cujo investimento fora autorizado pela Diretoria Executiva. É um fundo com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos, de crédito privado, baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. O valor alocado a esse fundo é de R\$149.008 em 31 de dezembro de 2025 (R\$129.831 em 31 de dezembro de 2024).

Também possui aplicação financeira no Fundo Mapfre Confiança FIF RF, fundo conservador de renda fixa com liquidez D+0 e uma pontuação de risco de 1 em uma escala máxima de 5 pontos, sendo que todas as características do fundo estão enquadradas dentro dos critérios gerais da política de aplicações financeiras do Grupo. O valor alocado a esse fundo é de R\$672.216 em 31 de dezembro de 2025.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, a Administração entende que os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que as aplicações estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, com base no julgamento da Administração e na classificação de agências de risco, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

Debêntures:

Em maio de 2025, a Companhia transferiu suas ações e suas debêntures conversíveis em ações da empresa BiotechTown Participações S.A. para a empresa Fundep Participações S.A., mediante acordo firmado através de Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Debêntures Conversíveis e de Ações da Companhia e Outras Avenças. A aplicação total nas debentures até a data da transferência era composta por R\$19.065, com rendimentos acumulados no valor de R\$10.650 e a baixa definitiva realizou-se no valor de R\$29.715. Para maiores detalhes, vide nota 6.

(c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2025, era de 15,00% ao ano. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Em relação à taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025, de 4,26% ao ano.

O Grupo fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

| Ativo | Controladora | | | | |
|------------------------|----------------|----------|--|----------------------|------------------------|
| | Saldo contábil | Nocional | Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual | Taxa / cotação atual | Taxa/ cotação esperada |
| Indexador CDI | | | | | |
| Aplicações financeiras | 112.818 | 112.818 | 113% | 15,00% | 13,43% |
| Letras financeiras | 94.947 | 94.947 | 124% | 15,00% | 13,43% |
| Indexador IPCA | | | | | |
| Debêntures | 907 | 907 | 204% | 4,26% | 3,98% |
| | Controladora | | | | |
| | Cenários | | | | |
| | Provável | +25% | +50% | -25% | -50% |
| CDI | | | | | |
| Aplicações financeiras | 17.054 | 21.318 | 25.581 | 12.791 | 8.527 |
| Letras financeiras | 15.818 | 19.773 | 23.727 | 11.864 | 7.909 |
| IPCA | | | | | |
| Debêntures | 74 | 93 | 111 | 56 | 37 |

| Ativo | Consolidado | | | | |
|------------------------|----------------|----------|--|----------------------|------------------------|
| | Saldo contábil | Nocional | Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual | Taxa / cotação atual | Taxa/ cotação esperada |
| Indexador CDI | | | | | |
| Aplicações financeiras | 112.818 | 112.818 | 113% | 15,00% | 13,43% |
| Letras financeiras | 94.947 | 94.947 | 124% | 15,00% | 13,43% |
| Indexador IPCA | | | | | |
| Debêntures | 907 | 907 | 204% | 4,26% | 3,98% |
| | Cenários | | | | |
| | Provável | +25% | +50% | -25% | -50% |
| CDI | | | | | |
| Aplicações financeiras | 17.054 | 21.318 | 25.581 | 12.791 | 8.527 |
| Letras financeiras | 15.818 | 19.773 | 23.727 | 11.864 | 7.909 |
| IPCA | | | | | |
| Debêntures | 74 | 93 | 111 | 56 | 37 |

(d) Risco cambial

O Grupo não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposto ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. O Grupo possui ações classificadas como instrumentos financeiros a valor justo por resultado registradas em bolsa de valores no Brasil. Atualmente esses instrumentos estão mensurados ao valor de R\$513. Para maiores informações vide nota 6.

- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, conforme quadro abaixo:

| Ativo | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| VJR | | | | |
| Titulos e valores mobiliários | 637.439 | 637.902 | 637.439 | 1.620.594 |
| VJORA | | | | |
| FIP Aerotec | 47.209 | 90.076 | 47.209 | 90.076 |
| FIP Seed4Science | 874 | 2.173 | 874 | 2.173 |
| FIP Biotec | 68.904 | 64.163 | 68.904 | 64.163 |
| Total do ativo | 754.426 | 794.314 | 754.426 | 1.777.006 |

- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial do que está a vencer está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda. Esse valor foi desvinculado do saldo consolidado em razão do ajuste efetuado de acordo com as conformidades estabelecida pelo CPC 31. Para mais informações, vide nota 14.

(ii) Em dezembro de 2024 foi realizado o faturamento do royalty mínimo anual, referente ao arrendamento da mina de fosfato em Araxá/MG, no montante de R\$50.400. Em 2025, o faturamento do royalty mínimo anual foi no valor de R\$42.421. A Companhia negocia com a arrendatária para a quitação dos débitos. Existem também saldos a receber referentes ao arrendamento dos espaços Expominas BH e Minascentro, perfazendo um montante de R\$41.957. Em relação ao Expominas BH, a Companhia busca o recebimento dos valores devidos pela concessionária em processo contencioso. Os demais créditos, no valor de R\$21.009, referem-se a outros títulos em aberto, relacionados principalmente ao Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, Prominas e arrendamento de jazidas.

(iii) Em agosto de 2024, houve a alienação da participação da Companhia na empresa Datora Participações e Serviços S.A., pelo valor total de R\$157.748. Deste valor, foram recebidos 30% à vista, correspondente ao valor de R\$47.324, enquanto os 70% remanescentes, correspondentes a R\$110.424, foram parcelados em cinco prestações anuais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo IPCA acrescido de 3% ao ano.

Adicionalmente, em abril de 2025, foi realizado um reajuste no valor de alienação da Datora, totalizando R\$19.830, dos quais R\$11.709 correspondem ao valor principal e o restante à atualização monetária. Esse ajuste decorre da ocorrência de um evento de liquidez antes do prazo estabelecido em contrato.

O montante ajustado também foi dividido em cinco parcelas anuais, a serem recebidas conjuntamente com as parcelas da venda inicial ocorrida em agosto de 2024. A primeira parcela, considerando o valor total acordado, foi recebida em agosto de 2025, no valor de R\$26.310.

Com isso, o valor total a receber pela venda é de R\$106.458 em 31 de dezembro de 2025 (R\$110.424 mil 31 de dezembro de 2024). Para maiores informações, vide a nota 16.

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo inicial | (25.221) | (12.113) | (28.113) | (15.005) |
| Constituição | (76.383) | (15.269) | (76.384) | (15.321) |
| Reversão por renegociação do título | 243 | - | 243 | 52 |
| Reversão por recebimento do título | 266 | 2.161 | 266 | 2.161 |
| Reversão de provisão prospectiva | 448 | - | 449 | - |
| Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas | - | - | 2.892 | - |
| Saldo final | (100.647) | (25.221) | (100.647) | (28.113) |

No quarto trimestre de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R\$14.059 como perda com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) relacionado aos valores a receber em atraso de contratos de arrendamento. Em 2025, esse valor foi de R\$72.866. Além disso, R\$2.508 são mantidos como PECLD de acordo com a matriz de provisão para análise prospectiva dos créditos de liquidação duvidosa, conforme previsto no CPC 48 Instrumentos Financeiros.

9 Dividendos a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|---------|-------------|-------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Dividendos a receber Codemig | 310.700 | 306.805 | - | - |
| Dividendos a receber Comipa | - | - | - | 2.051 |
| Juros sobre capital próprio Codemig | 4.335 | - | - | - |
| | 315.035 | 306.805 | - | 2.051 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu de sua controlada, a Codemig, o montante de R\$926.515, líquido de imposto de renda retido na fonte, referente a dividendos e juros sobre capital próprio (R\$784.037 em 31 de dezembro de 2024).

10 Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Imposto de renda | 56.287 | 35.589 | 56.287 | 59.451 |
| Contribuição social | 2 | 1 | 2 | 1.667 |
| Outros impostos e contribuições a recuperar | - | 3 | - | 75 |
| | 56.289 | 35.593 | 56.289 | 61.193 |
| Circulante | 18.884 | 22.845 | 18.884 | 48.374 |
| Não circulante | 37.405 | 12.748 | 37.405 | 12.819 |
| | 56.289 | 35.593 | 56.289 | 61.193 |

O saldo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato de o Grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

A segregação dos tributos a recuperar é realizada considerando a expectativa de utilização e/ou restituição. Os tributos que serão recuperados em períodos superiores a 12 meses são classificados no não circulante.

Caso as empresas do Grupo identifiquem créditos tributários em montante superior àqueles que porventura possam ser compensados, são realizados pedidos de restituição junto aos órgãos competentes.

11 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa, bem como para garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes a outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados a medida em que os processos judiciais transitam em julgado ou quando acordos são homologados judicialmente.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

| | Controladora e consolidado | |
|---|----------------------------|--------|
| | 2025 | 2024 |
| Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa | 17.041 | 15.741 |
| Demais depósitos | 12.916 | 11.973 |
| | 29.957 | 27.714 |

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

| | Controladora | | | |
|---|--------------|---------|----------|-----------------------|
| | 2024 | Adições | Resgates | Atualização monetária |
| Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa | 15.741 | - | - | 1.300 |
| Demais depósitos | 11.973 | - | (51) | 994 |
| | 27.714 | - | (51) | 2.294 |

| | Consolidado | | | |
|---|-------------|---------|----------|-----------------------|
| | 2024 | Adições | Resgates | Atualização monetária |
| Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa | 15.741 | - | - | 1.300 |
| Demais depósitos | 11.973 | 1.470 | (51) | 1.178 |
| | 27.714 | 1.470 | (51) | 2.478 |

Segue a movimentação dos depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

| | Controladora e consolidado | | | |
|---|----------------------------|---------|----------|-----------------------|
| | 2023 | Adições | Resgates | Atualização monetária |
| Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa | 25.864 | - | (11.616) | 1.493 |
| Demais depósitos | 11.114 | 231 | (160) | 788 |
| | 36.978 | 231 | (11.776) | 2.281 |

12 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, consequentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

| | Controladora e consolidado | |
|--|----------------------------|---------|
| | 2025 | 2024 |
| Distritos industriais | 3.971 | 4.285 |
| Ribeirão das Neves (i) | 4.864 | 7.212 |
| Sete Lagoas | 1.713 | 1.713 |
| | 10.548 | 13.210 |
| Perda por redução ao valor recuperável | (2.272) | (2.316) |
| | 8.276 | 10.894 |

A política de perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização dos estoques, registra-se uma perda no valor contábil do ativo. Somente há reversão da perda registrada quando realizada a alienação do ativo e seja verificado algum ganho.

(i) Em setembro de 2025 foi realizada a doação para o Estado de Minas Gerais de fração do terreno sediado no município de Ribeirão das Neves/MG, Fazenda Mato Grosso II, avaliado contabilmente em R\$ 2.348.

13 Partes relacionadas

Os saldos e as transações do Grupo e da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

| | Controladora | | | | | | | |
|---|--------------|--------|---------|--------|---------|-------|----------|----------|
| | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Grupo econômico | | | | | | | | |
| EPAMIG | | | | | | | | |
| Receitas arrendamento | - | - | - | - | - | 58 | - | - |
| Patrocínio | - | - | - | - | - | - | (8) | (12) |
| Fornecimento de insumos | - | - | - | - | - | - | (10) | - |
| FHEMIG e FUNED | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Adiantamento de Convênio (i) (notas 7 e 23) | 13.703 | 17.316 | 13.703 | 17.316 | - | - | - | - |
| INVEST MINAS | | | | | | | | |
| Repasses (nota 31) | - | - | - | - | - | - | (11.844) | (16.323) |
| MGS | | | | | | | | |
| Serviços de apoio | - | - | 1.035 | - | - | - | (16.311) | (15.376) |
| PRODEMGE | | | | | | | | |
| Receitas consultoria | 107 | - | - | - | 110 | - | - | - |
| Serviços de informática | - | - | 89 | - | - | - | (1.583) | (1.598) |
| SEPLAG | | | | | | | | |
| Aluguel Cidade Administrativa | - | - | - | 416 | - | - | (3.021) | (1.685) |
| SEGOV | | | | | | | | |
| Publicação Diário Oficial | - | - | 1 | 1 | - | - | (46) | (82) |
| GASTOS COM DESENVOLVIMENTO | | | | | | | | |
| Gastos com Convênios (ii) (nota 30) | - | - | - | - | - | - | (7.117) | (11.720) |
| Recuperações de Convênios (ii) | - | - | - | - | 1.413 | 141 | - | - |
| Transferência Municipalização (nota 30) | - | - | - | - | - | - | - | (37.964) |
| Controladas | | | | | | | | |
| CODEMIG | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Contas a receber / receita | 882 | 698 | - | - | 9.588 | 7.853 | - | - |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Contas a pagar (iii) | - | - | 24.757 | 24.757 | - | - | - | - |
| BIOTECHTOWN | | | | | | | | |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Debêntures - Juros, principal e PECLD (iv) (nota 6) | - | - | - | - | 1.137 | 2.366 | (1.253) | (7.259) |



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|-------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|----------|-----------|
| | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Grupo econômico | | | | | | | | |
| EMC | | | | | | | | |
| Receitas arrendamento | - | - | - | - | 5.486 | 5.460 | - | - |
| EPAMIG | | | | | | | | |
| Receitas arrendamento | - | - | - | - | - | 58 | - | - |
| Patrocínio | - | - | - | - | - | - | (8) | (12) |
| FHEMIG e FUNED | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Adiantamento de Convênio(i) (notas 7 e 23) | 13.703 | 17.316 | 13.703 | 17.316 | - | - | - | - |
| INVEST MINAS | | | | | | | | |
| Repasse (nota 31) | - | - | - | - | - | - | (11.844) | (16.323) |
| MGS | | | | | | | | |
| Serviços de apoio | - | - | 1.035 | - | - | - | (16.725) | (15.671) |
| PRODEMGE | | | | | | | | |
| Receitas consultoria | 107 | - | - | - | 110 | - | - | - |
| Serviços de informática | - | - | 89 | - | - | - | (1.590) | (1.608) |
| SEPLAG | | | | | | | | |
| Aluguel Cidade Administrativa | - | - | - | 416 | - | - | (3.021) | (1.685) |
| SEGOV | | | | | | | | |
| Publicação Diário Oficial | - | - | 1 | 1 | - | - | (52) | (86) |
| GASTOS COM DESENVOLVIMENTO | | | | | | | | |
| Gastos com Convênios (ii) (nota 30) | - | - | - | - | - | - | (87.046) | (27.869) |
| Recuperações de Convênios (ii) | - | - | - | - | 1.673 | 141 | - | - |
| Transferência Municipalização (ii)(nota 30) | - | - | - | - | - | - | - | (138.151) |
| CBMM | | | | | | | | |
| <i>Circulante</i> | | | | | | | | |
| Contas a receber / receita (notas 8 e 27) | - | 416.760 | - | - | 2.787.015 | 2.676.611 | - | - |
| Contas a pagar (nota 19 e 27) | - | - | - | 631.706 | (865.820) | (995.309) | - | - |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Adiantamentos recebidos (nota 24) (iii) | - | - | - | 795.947 | - | - | - | - |
| Coligadas | | | | | | | | |
| COMIPA | | | | | | | | |
| Receitas arrendamento | - | - | - | - | 4 | 4 | - | - |
| BIOTECHTOWN | | | | | | | | |
| <i>Não circulante</i> | | | | | | | | |
| Debêntures - Juros, principal e PECLD(iv) (nota 6) | - | - | - | - | 1.137 | 2.366 | (1.253) | (7.259) |

(i) Em função do Decreto 48.670 de agosto de 2023, a Companhia passou a atuar na estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias junto ao Estado de Minas Gerais. Diante disso, foi firmado convênio entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED") para a estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada de novo Complexo de Saúde do Estado, onde a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do mesmo. O Estado de Minas Gerais, por meio da FHEMIG e da FUNED, repassa recursos para a Codemig e esta, por sua vez, os utiliza no custeio dos estudos a serem realizados pela *International Finance Corporation* ("IFC") e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto do convênio. Vide notas 7 e 23.

(ii) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 30. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemig, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente, apresentado na linha de recuperação de despesas na nota 31.

(iii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemig. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento, sendo que destas transações ainda restam R\$ 24.757 a vincular. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemig, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos os encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas das quais a Codemig não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 24.

(iv) Em maio de 2025, a Companhia transferiu suas ações e suas debêntures conversíveis em ações da empresa BiotechTown Participações S.A. para a Fundep Participações S.A.. Vide nota 16.

(a) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

O Grupo possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais), vide nota 17.

(b) Doação da Fazenda Mato Grosso

Em setembro de 2025, a Companhia transferiu a título de doação o ativo Fazenda Mato Grosso II, localizado na cidade de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, para o Estado de Minas Gerais. Vide nota 12.

(c) Alienação de bem imóvel

Em dezembro de 2025, a Companhia alienou para sua controladora, Codemig, uma fazenda localizada no Barreiro em Araxá/MG, denominada Fazenda Santa Rita, pelo valor de R\$21.153. Vide nota 31.

(d) Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemig.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemig, todos seus membros renunciaram aos seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$8.993 (R\$8.998 em 31 de dezembro de 2024, contabilizados pela Codemig) e são cobradas da Codemig via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemig (vide nota 28 para despesas de pessoal).

14 Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas

A Administração da Companhia reclassificou como ativo não circulante mantido para distribuição aos acionistas parte do investimento na controlada Codemig, no contexto de um plano aprovado para redução de capital da Companhia, a ser realizado por meio da devolução de ativos aos sócios conforme deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em 04 de novembro de 2025.

A classificação foi efetuada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 31, considerando que (i) há compromisso

formal da Administração com a realização da transação, (ii) o ativo está disponível para imediata execução da operação, nas condições atuais, e (iii) a conclusão da redução de capital é considerada altamente provável dentro do prazo de 12 meses. A partir da data de sua reclassificação, a participação do investimento a ser cedida ao EMG passou a ser mensurado pelo valor de R\$325.337, menor valor entre seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas diretamente atribuíveis à operação, deixando de estar sujeito à aplicação do método de equivalência patrimonial. O saldo remanescente do investimento mantido na Codemig no percentual de 5% continuará a ser mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

A distribuição das ações da Codemig aos acionistas reduzirá a participação atualmente detida pela Codemig de 51% para 5%, implicando uma diminuição proporcional em sua participação nos resultados da investida. Considerando que essa alteração produzirá efeitos plenos a partir de 2026, as receitas reconhecidas por equivalência patrimonial até a data da reclassificação, no valor de R\$ 785.638, assim como os ingressos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio (estes últimos no montante deliberado em 2025 de R\$ 921.672), não deverão se repetir na mesma proporção, sendo esperada uma redução significativa desses valores no exercício subsequente. Ainda assim, a participação societária remanescente de 5% no capital da Codemig, mantida pela Codemig, permanece relevante sob a perspectiva econômica, representando um componente importante para a geração de resultados financeiros, em especial de fluxo de caixa, de maneira distinta e material para a sustentação de sua continuidade operacional.

A seguir demonstramos a composição dos ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas e dos passivos relativos aos ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas:

| | 2025 |
|--|------------------|
| Ativo | |
| Circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 201.569 |
| Títulos e valores mobiliários | 1.695.669 |
| Contas a receber | 277.693 |
| Dividendos a receber | 2.630 |
| Tributos a recuperar | 23.523 |
| Total do ativo circulante | 2.201.084 |
| Não circulante | |
| Realizável a longo prazo | |
| Títulos e valores mobiliários | 625.797 |
| Tributos a recuperar | 28.071 |
| Depósitos judiciais | 1.654 |
| | 655.522 |
| Investimentos | 268 |
| Imobilizado | 295.004 |
| Intangível | 353 |
| | 295.625 |
| Total do ativo não circulante | 951.147 |
| Total do ativo não circulante mantido para distribuição aos acionistas | 3.152.231 |
| Passivo | |
| Circulante | |
| Contas a pagar | 814.217 |
| Tributos a recolher | 2.254 |
| Dividendos a pagar | 469.445 |
| Total do passivo circulante | 1.285.916 |
| Não circulante | |
| Adiantamentos e cauções recebidas | 865.105 |
| Provisão para contingências | 48.270 |
| Total do passivo não circulante | 913.375 |
| Total do passivo relacionado ao ativo não circulante mantido para distribuição aos acionistas | 2.199.291 |

15 Instrumentos financeiros patrimoniais

A seguir a composição dos instrumentos financeiros patrimoniais:

| | Controladora e consolidado | |
|---|----------------------------|----------------|
| | 2025 | 2024 |
| Participação em fundos de investimento | | |
| FIP AEROTEC (i) | 47.209 | 90.076 |
| FIP SEED4SCIENCE (ii) | 874 | 2.173 |
| FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA (iii) | 68.904 | 64.163 |
| Total | 116.987 | 156.412 |

(i) O Aerotec – Fundo de Investimento em Participações - foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com o prazo inicial de duração de 10 anos e com o objetivo preponderante de obter rendimentos de longo prazo por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social em Minas Gerais que possuam atuação no setor aeroespacial. O valor do capital comprometido para aporte por parte da Codemig é de R\$ 140.000, dos quais R\$ 124.366 já foram aportados. No primeiro trimestre de 2024, o fundo concluiu a venda das investidas Unicoba e parte da participação na investida Xrobots para a empresa Spectra pelos valores de R\$60.000 e R\$55.646, respectivamente. A parte restante da investida Xrobots foi vendida para a empresa Embraer pelo valor de R\$40.296. Em 2025, foram realizadas as vendas das investidas Flapper e Altave, pelos valores respectivos de R\$ 1.750 e R\$ 2.333. Em decorrência dessas operações, os cotistas aprovaram amortizações parciais das cotas do fundo, totalizando R\$ 60.776 em 2024 e R\$ 51.480 em 2025, em que a Codemig, detentora de 140.000 cotas, recebeu R\$ 55.216 e R\$ 46.770, respectivamente. Atualmente, o ativo do fundo é composto substancialmente pelos saldos a receber das vendas das participações citadas e, em 31 de dezembro de 2025, não há nenhuma participação em empresas na carteira do fundo. A administração do fundo é exercida pela ID Gestora e Administradora de Recursos Ltda e a gestão pelo Ouro Preto Gestão de Recursos S/A.

(ii) O Seed4Science – Fundo de Investimento em Participações Capital Semente - foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com o prazo inicial de duração de 10 anos e com o objetivo preponderante de obter rendimentos por meio de aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de companhias atuantes nos setores de biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas, materiais avançados, tecnologia da informação e comunicação, especialmente relacionadas com big data e machine learning. O valor do capital comprometido para aporte por parte da Codemig é de R\$ 3.000, dos quais R\$ 2.728 já foram aportados. As aplicações do fundo são realizadas por meio da aquisição de ativos como ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários. A administração do fundo é exercida pela BRL Trust Investimentos Ltda e a gestão cabe à FUNDEPAR Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.

(iii) O Biotec – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com o prazo inicial de duração de 10 anos e com o objetivo preponderante de obter rendimentos por meio de aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de companhias atuantes nos setores de biotecnologia e ciências da vida (saúde humana, saúde animal, agricultura, meio ambiente e biotecnologia industrial, entres outros). O valor do capital comprometido para aporte por parte da Codemig é de R\$ 68.000, dos quais R\$ 51.693 já foram aportados. A administração do fundo é exercida pela FIR Capital Partners – Gestão de Investimentos S.A. e a gestão cabe à FIR Gestão de Investimentos Ltda.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos instrumentos financeiros patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

| | Controladora e consolidado | |
|---|----------------------------|----------|
| | 2025 | 2024 |
| Participação acionária direta | | |
| Bônus de subscrição DETECHTA (i) | | |
| Saldo inicial | - | 385 |
| Reversão/ Perda por impairment | - | 115 |
| Alienação | - | (500) |
| | - | - |
| Participação em fundos de investimento | | |
| FIP AEROTEC | | |
| Saldo inicial | 90.076 | 146.953 |
| Aquisição de cotas | - | 182 |
| Amortização de cotas | (46.770) | (55.272) |
| Valorização / (Desvalorização) de cotas | 3.903 | (1.787) |
| | 47.209 | 90.076 |
| FIP SEED4SCIENCE | | |
| Saldo inicial | 2.173 | 1.604 |
| Aquisição de cotas | 120 | 523 |
| Amortização de cotas | (5) | (77) |
| (Desvalorização) / Valorização de cotas | (1.414) | 123 |
| | 874 | 2.173 |
| FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA | | |
| Saldo inicial | 64.163 | 51.577 |
| Aquisição de cotas | 934 | 1.278 |
| Valorização de cotas | 3.807 | 11.308 |
| | 68.904 | 64.163 |
| Total | 116.987 | 156.412 |

(i) Em agosto de 2020, a Companhia firmou um Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I com a empresa Detehta Biotecnologia S.A., no valor de R\$500, com o objetivo de desenvolvimento, produção e comercialização de testes de diagnóstico para COVID-19. Inicialmente, o Acordo previa o exercício da opção de compra de 8,3% a 13,1% da Detehta. Em novembro de 2023, foi contabilizado uma perda por impairment no valor de R\$115, conforme laudo de avaliação da empresa emitido pela área técnica. Em novembro de 2024, foi assinado o Termo de Reconhecimento de Dívida com a Detehta Biotecnologia S.A., que estabelece o recebimento, pela Companhia, do total aportado, R\$500, corrigido pelo IPCA acumulado entre a data do aporte e o último IPCA disponível na data da assinatura do Termo (setembro de 2024), perfazendo um total de R\$642. O valor foi recebido em 6 parcelas mensais de R\$107 no período entre dezembro de 2024 e maio de 2025.

16 Participações societárias em controladas e coligadas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações relevantes em controladas e coligadas do Grupo em 31 de dezembro de 2025:

| Controladas (a) e coligadas (b) | Sede | Quantidade de ações / quotas | | % participação no capital social | | Natureza do Investimento |
|---------------------------------|--------------------|------------------------------|---------------|----------------------------------|---------|---|
| | | Ordinárias | Preferenciais | Total | Votante | |
| Controladora | | | | | | Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM. Sociedade de Propósito Específico para realização de eventos culturais no Palácio das Mangabeiras. |
| CODEMIG | (a) Belo Horizonte | 92.022 | 92.021 | 51,00% | 51,00% | |
| SPE Palácio das Mangabeiras | (b) Belo Horizonte | 111.783.406 | - | 49,53% | 49,53% | |
| Consolidado | | | | | | Aquisição primária de ações para exploração mineral de nióbio. |
| COMIPA (i) | (b) Araxá | 187.272.000 | 20.787.600 | 50,99% | 48,26% | |

(i) A Codemig possui investimento na Comipa, com a finalidade de manutenção de esforços em conjunto com a CBMM para exploração e lavra de minérios de pirocloro na região de Araxá/MG. A Codemig possui um total de 208.059.600 ações, de classes diferentes, integralizadas, sem valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa dos poderes concedidos a cada classe de ação, o Grupo entende que as sócias não detêm poder de controle individual sobre a investida. Em conformidade com as definições do CPC 19 - Negócios em Conjunto, os recursos aplicados na entidade controlada em conjunto são reconhecidos em suas demonstrações contábeis como investimento.

Composição dos saldos dos investimentos:

| Investimentos | Controladora | |
|----------------------------------|--------------|-------------|
| | 2025 | 2024 |
| CODEMIG (i) | 13.525 | 315.587 |
| SPE Palácio das Mangabeiras (ii) | 259 | 539 |
| Outros investimentos (iii) | 1.526 | 1.586 |
| | 15.310 | 317.712 |
| | 1.785 | 2.393 |
| Investimentos | 2025 | 2024 |
| COMIPA | - | 268 |
| SPE Palácio das Mangabeiras (ii) | 259 | 539 |
| Outros investimentos (iii) | 1.526 | 1.586 |
| | 1.785 | 2.393 |

(i) Desde novembro de 2025, 46% da participação na Codemig foi reclassificada como ativo não circulante disponível para distribuição aos acionistas. Para maiores informações, vide nota 14.

(ii) Desde dezembro de 2024, a participação na SPE Palácio das Mangabeiras passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em virtude de alteração no percentual de participação da Companhia para 49,53% e exercício de influência significativa no investimento. Para elaboração destas demonstrações financeiras, foram utilizadas as informações financeiras de 30 de novembro de 2025. Considerar essa informação em toda nota 16.

(iii) Outros investimentos são compostos por obras de arte e participações em consórcios de exploração de gás. Em junho de 2025, as participações minoritárias na CEMIG e no Santander, antes avaliadas pelo custo, foram reclassificadas para Títulos e Valores Mobiliários. Vide nota 6.

Alienação da participação na Datora Participações e Serviços S.A. - Datora

Em julho de 2024, diante da viabilidade econômica e jurídica, o Conselho de Administração da Codemig aprovou a alienação da participação da Companhia na Datora Participações e Serviços S.A. Conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da Datora, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação, dispensando de forma expressa, via contrato, a submissão da operação ao CADE e a ANATEL. Diante disso, em agosto de 2024, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na Datora pelo valor de R\$ 157.748, perfazendo um ganho de capital de R\$ 85.156 descontado a valor presente. Informações referentes ao saldo a receber podem ser verificadas na nota 8 (iii).

Em abril de 2025, a Companhia firmou o Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda referente à alienação de sua participação. O contrato original previa que, sob determinadas condições, o preço de alienação do investimento seria reajustado caso ocorresse um Evento de Liquidez na Datora no prazo de 5 (cinco) anos da assinatura do contrato. Desta forma, a Companhia deteve ainda o direito ao recebimento de R\$ 19.830, divididos em 5 parcelas anuais, juntamente com as parcelas referentes à venda inicial, sendo a primeira já recebida em agosto de 2025.

Transferência da participação na empresa BiotechTown Participações S.A.

Em maio de 2025, a Companhia transferiu suas ações e suas debêntures conversíveis em ações da empresa BiotechTown Participações S.A. para a Fundep Participações S.A., mediante acordo firmado através de Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Debêntures Conversíveis e de Ações da Companhia e Outras Avenças. O referido documento determina, entre outros, que a Companhia terá o direito ao recebimento integral dos valores obtidos com a liquidação da Carteira de mútuos e participações nos termos da cláusula terceira; o direito relativo a royalties pelo período de vinte anos a partir do primeiro resultado positivo do BiotechTown, nos termos da cláusula quinta; e naming rights, também pelo prazo de vinte anos, nos termos da cláusula sétima. Não houve ganho de capital e, devido ao histórico de resultados negativos, a Companhia entende que não há evidências que corroboram a expectativa de retornos futuros, portanto não foi constituído nenhum saldo contábil em 31 de dezembro de 2025.

Distrato da SCP Água Mineral

Em julho de 2025, a Companhia e a sócia Minasbev Bebidas do Brasil S/A, de comum acordo e em conformidade com as disposições legais aplicáveis, celebraram o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Social da SCP Água Mineral, tendo por objeto seu distrato, a ser formalizado mediante a adoção de dissolução amigável e subsequente liquidação extrajudicial. Por ocasião do referido distrato, a Minasbev Bebidas do Brasil S/A outorgou à Companhia ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, para todos os fins de direito, relativamente às obrigações contratuais existentes. Em decorrência do histórico de resultados negativos da sociedade, o distrato ensejou o reconhecimento de uma perda no montante de R\$2.441. Vide nota 31.

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

| Investidas | Controladora | | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|---|--|-----------------------------|--|-----------------------------------|------------------------------|------------------------|--|-------------|
| | 2024 | Aquisição/ alienação de participação | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste a valor justo | Ajuste de avaliação reflexo dos investimentos | Distribuição de dividendos | Lucros não realizados | Reclassificação | Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas | 2025 |
| CODEMIG (i) | 315.587 | - | 812.122 | - | - | (768.254) | (20.593) | - | (325.337) | 13.525 |
| Datora Participações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BiotechTown | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SCP Água Mineral (ii) | - | (2.099) | - | - | 2.099 | - | - | - | - | - |
| SPE Palácio das Mangabeiras | 539 | 200 | (393) | - | (87) | - | - | - | - | 259 |
| Outros investimentos | 1.586 | 19 | (26) | 183 | - | - | - | (236) | - | 1.526 |
| | 317.712 | (1.880) | 811.703 | 183 | 2.012 | (768.254) | (20.593) | (236) | (325.337) | 15.310 |
| | 1.785 | 2.393 | | | | | | | | |
| Consolidado | 2024 | Aquisição/ alienação de participação | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste a valor justo | Ajuste de avaliação reflexo dos investimentos | Distribuição de dividendos | Lucros não realizados | Reclassificação | Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas | 2025 |
| Datora Participações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BiotechTown | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| COMIPA (iii) | 268 | - | 2.630 | - | - | (2.630) | - | - | (268) | - |
| SCP Água Mineral (ii) | - | (2.099) | - | - | 2.099 | - | - | - | - | - |
| SPE Palácio das Mangabeiras | 539 | 200 | (393) | - | (87) | - | - | - | - | 259 |
| Outros investimentos | 1.586 | 19 | (26) | 183 | - | - | - | (236) | - | 1.526 |
| | 2.393 | (1.880) | 2.211 | 183 | 2.012 | (2.630) | - | (236) | (268) | 1.785 |

(i) Considerando a redução de capital mediante a entrega de 46% da participação na controlada Codemig aprovada em 04 de novembro de 2025, a Companhia apurou resultado de equivalência patrimonial nas proporções de 51% até outubro de 2025 e 5% após esta data (vide nota 14). Em dezembro de 2025, a Companhia alienou para sua controlada, Codemig, uma fazenda localizada no Barreiro em Araxá/MG, denominada Fazenda Santa Rita, pelo valor de R\$21.153, com ganho de R\$20.593. Este ganho não foi reconhecido no resultado da Companhia por se tratar de venda intragrupo.

(ii) Em virtude do histórico de prejuízos da coligada e da expectativa de prejuízo a longo prazo da SCP Água Mineral, foi registrado a perda por redução ao valor recuperável (impairment) do investimento no valor de R\$342 em dezembro de 2024. Em julho de 2025, a Companhia assinou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Social da SCP Água Mineral, tendo por objeto seu distrato mediante a adoção de dissolução amigável e subsequente liquidação extrajudicial.

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Investidas | Controladora | | | | | | |
|-----------------------------|----------------|--|--|---|----------------------------|----------------------------------|----------------|
| | 2023 | Aquisição/ (redução) de participação | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos | Provisão para perdas | Distribuição de dividendos | 2024 |
| CODEMIG | 330.827 | - | 883.500 | - | - | (898.740) | 315.587 |
| Datora Participações | 61.072 | (64.045) | 5.263 | 638 | - | (2.928) | - |
| BiotechTown (i) | - | - | - | - | - | - | - |
| SCP Água Mineral (ii) | 827 | - | (485) | - | (342) | - | - |
| SPE Palácio das Mangabeiras | 238 | 679 | (378) | - | - | - | 539 |
| Outros investimentos | 1.589 | 20 | (23) | - | - | - | 1.586 |
| | <u>394.553</u> | <u>(63.346)</u> | <u>887.877</u> | <u>638</u> | <u>(342)</u> | <u>(901.668)</u> | <u>317.712</u> |

| Investidas | Consolidado | | | | | | |
|-----------------------------|---------------|--|--|---|----------------------------|----------------------------------|--------------|
| | 2023 | Aquisição/ (redução) de participação | Resultado de equivalência patrimonial | Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos | Provisão para perdas | Distribuição de dividendos | 2024 |
| Datora Participações | 61.072 | (64.045) | 5.263 | 638 | - | (2.928) | - |
| BiotechTown (i) | - | - | - | - | - | - | - |
| COMIPA | 268 | - | 916 | - | - | (916) | 268 |
| SCP Água Mineral (ii) | 827 | - | (485) | - | (342) | - | - |
| SPE Palácio das Mangabeiras | 238 | 679 | (378) | - | - | - | 539 |
| Outros investimentos | 1.589 | 20 | (23) | - | - | - | 1.586 |
| | <u>63.994</u> | <u>(63.346)</u> | <u>5.293</u> | <u>638</u> | <u>(342)</u> | <u>(3.844)</u> | <u>2.393</u> |

(i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no Biotech Town, no valor de R\$3.377, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor do seu saldo. Desta forma, a contabilização destes excedentes ao valor contábil foi interrompida. Em maio de 2025, a Companhia transferiu suas ações e suas debêntures conversíveis em ações da empresa BiotechTown Participações S.A. para a Fundep Participações S.A., mediante acordo firmado através de Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Debêntures Conversíveis e de Ações da Companhia e Outras Avenças. Vide nota 6 (iv).

(ii) Em virtude do histórico de prejuízos da coligada e da expectativa de prejuízo a longo prazo da SCP Água Mineral, foi registrado a perda por redução ao valor recuperável (impairment) do investimento no valor de R\$342 em dezembro de 2024. Em julho de 2025, a Companhia assinou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Social da SCP Água Mineral, tendo por objeto seu distrato mediante a adoção de dissolução amigável e subsequente liquidação extrajudicial.

Informações financeiras da carteira de investimentos em controladas e coligadas consideradas para 31 de dezembro de 2025:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

| | Controladora | | | | |
|-----------------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido |
| Controladas | | | | | |
| CODEMIG | 2.201.084 | 996.497 | 1.601.834 | 913.375 | 682.372 |
| Coligadas | | | | | |
| SPE Palácio das Mangabeiras | 290 | 376 | 119 | 23 | 524 |

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

| | Controladora | | | | |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------------------|-------------------------------|----------------------------|--|
| | Receita Líquida | Lucros / (prejuízos) do exercício | Outros resultados abrangentes | Resultado abrangente total | |
| Controladas | | | | | |
| CODEMIG | 1.928.702 | 2.070.162 | - | 2.070.162 | |
| Coligadas | | | | | |
| SPE Palácio das Mangabeiras | 1.603 | (458) | - | (458) | |

17 Imobilizado

Composição dos saldos do imobilizado do Grupo:

| | Controladora | | | | |
|-------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|----------------|---|
| | 2025 | | 2024 | | Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas |
| | Custo | Depreciação acumulada | Impairment | Saldo líquido | |
| Terrenos (i) | 174.889 | - | (50.906) | 123.983 | 125.299 |
| Prédios e benfeitorias (i) | 424.027 | (141.263) | (64.485) | 218.279 | 212.541 |
| Equipamentos operacionais | 57.926 | (40.418) | (3.848) | 13.660 | 7.581 |
| Imobilizado em andamento (ii) | 13.197 | - | - | 13.197 | 14.373 |
| | <u>670.039</u> | <u>(181.681)</u> | <u>(119.239)</u> | <u>369.119</u> | <u>359.794</u> |
| | Consolidado | | | | |
| | 2025 | | 2024 | | |
| | Custo | Depreciação acumulada | Impairment | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Terrenos (i) | 174.889 | - | (50.906) | 123.983 | 235.508 |
| Prédios e benfeitorias (i) | 424.027 | (141.263) | (64.485) | 218.279 | 362.758 |
| Equipamentos operacionais | 57.926 | (40.418) | (3.848) | 13.660 | 16.199 |
| Imobilizado em andamento (ii) | 13.197 | - | - | 13.197 | 14.373 |
| | <u>670.039</u> | <u>(181.681)</u> | <u>(119.239)</u> | <u>369.119</u> | <u>628.838</u> |

A existência destes ativos é condizente com o objeto social da Companhia, que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(i) O Grupo possui imóveis cedidos em comodato não oneroso a partes relacionadas (empresas e entidades do Estado de Minas Gerais):

| Cedido a | Custo | Depreciação acumulada | Impairment | 2025 | 2024 |
|-------------------------------------|---------------|-----------------------|-----------------|---------------|---------------|
| | | | | Saldo líquido | Saldo líquido |
| BH: Ed. Hércules - Sala 1006 a 1010 | 88 | (68) | - | 20 | 21 |
| Galpão Poços de Caldas | 151 | (58) | - | 93 | 94 |
| Galpão Matias Barbosa | 330 | (230) | - | 100 | 100 |
| Casarão Diamantina | 2.481 | (231) | - | 2.250 | 2.298 |
| Ed. Cândido Tostes | 4.000 | (2.037) | - | 1.963 | 2.003 |
| BH: Ed. Bairro Jaqueline | 17.027 | (2.312) | - | 14.715 | 14.891 |
| Ed. Bemge P7 (a) | 43.830 | (2.993) | (40.837) | - | - |
| | <u>67.907</u> | <u>(7.929)</u> | <u>(40.837)</u> | <u>19.141</u> | <u>19.407</u> |

(a) O imóvel foi cedido pela Fundação João Pinheiro à Companhia. Em contrapartida à cessão, a Companhia comprometeu-se a realizar as benfeitorias necessárias no edifício, as quais foram devidamente provisionadas para impairment. Posteriormente, o imóvel foi subcedido à Associação P7 Criativo para a implementação do Projeto P7 Criativo.

Adicionalmente, o Centro Cultural Presidente Itamar Franco ("CCPIF") está parcialmente cedido em comodato não oneroso ao Estado de Minas Gerais. O valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2025 da parte cedida em comodato não oneroso é de R\$ 170.447 (R\$ 152.254 em 31 de dezembro de 2024) e gerou uma despesa de depreciação até 31 de dezembro de 2025 de R\$ 2.872 (R\$ 2.359 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) O imobilizado em andamento é composto por aqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso. O valor em 31 de dezembro de 2025 é composto por R\$13.095 de desapropriações que ainda estão em andamento referentes à Cidade Administrativa ("CAEMG") e R\$102 de benfeitorias que ainda estão em execução.

Movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

| | Controladora | | | | |
|----------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2024 | Adições | Baixas | Transferências | 2025 |
| Custo | | | | | |
| Terrenos | 175.504 | - | (615) | - | 174.889 |
| Prédios e benfeitorias | 419.522 | - | - | 4.505 | 424.027 |
| Equipamentos operacionais | 50.515 | 2.896 | (635) | 5.150 | 57.926 |
| Imobilizado em andamento | 14.373 | 8.479 | - | (9.655) | 13.197 |
| | <u>659.914</u> | <u>11.375</u> | <u>(1.250)</u> | <u>-</u> | <u>670.039</u> |
| Depreciação | | | | | |
| Prédios e benfeitorias | (137.374) | (3.889) | - | - | (141.263) |
| Equipamentos operacionais | (39.086) | (1.908) | 576 | - | (40.418) |
| | <u>(176.460)</u> | <u>(5.797)</u> | <u>576</u> | <u>-</u> | <u>(181.681)</u> |
| Impairment | | | | | |
| Terrenos | (50.205) | (701) | - | - | (50.906) |
| Prédios e benfeitorias | (69.607) | - | 5.122 | - | (64.485) |
| Equipamentos operacionais | (3.848) | - | - | - | (3.848) |
| | <u>(123.660)</u> | <u>(701)</u> | <u>5.122</u> | <u>-</u> | <u>(119.239)</u> |
| Imobilizado líquido | <u>359.794</u> | <u>4.877</u> | <u>4.448</u> | <u>-</u> | <u>369.119</u> |

| | Consolidado | | | | | |
|----------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---|------------------|
| | 2024 | | 2025 | | Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas | |
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | | |
| Terrenos | 515.295 | 560 | (615) | - | (340.351) | 174.889 |
| Prédios e benfeitorias | 676.309 | - | - | 4.505 | (256.787) | 424.027 |
| Equipamentos operacionais | 73.171 | 2.896 | (635) | 5.150 | (22.656) | 57.926 |
| Imobilizado em andamento | 14.373 | 8.479 | - | (9.655) | - | 13.197 |
| | <u>1.279.148</u> | <u>11.935</u> | <u>(1.250)</u> | <u>-</u> | <u>(619.794)</u> | <u>670.039</u> |
| Depreciação | | | | | | |
| Prédios e benfeitorias | (157.004) | (5.845) | - | - | 21.586 | (141.263) |
| Equipamentos operacionais | (53.124) | (3.466) | 576 | - | 15.596 | (40.418) |
| | <u>(210.128)</u> | <u>(9.311)</u> | <u>576</u> | <u>-</u> | <u>37.182</u> | <u>(181.681)</u> |
| Impairment | | | | | | |
| Terrenos | (279.787) | (6.748) | 1.180 | - | 234.449 | (50.906) |
| Prédios e benfeitorias | (156.547) | - | 38.903 | - | 53.159 | (64.485) |
| Equipamentos operacionais | (3.848) | - | - | - | - | (3.848) |
| | <u>(440.182)</u> | <u>(6.748)</u> | <u>40.083</u> | <u>-</u> | <u>287.608</u> | <u>(119.239)</u> |
| Imobilizado líquido | <u>628.838</u> | <u>(4.124)</u> | <u>39.409</u> | <u>-</u> | <u>(295.004)</u> | <u>369.119</u> |



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

| | Controladora | | | | |
|----------------------------|--------------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|
| | 2023 | Adições | Baixas (reversão) | Transferências | 2024 |
| Custo | | | | | |
| Terrenos | 147.027 | - | (6.882) | 35.359 | 175.504 |
| Prédios e benfeitorias | 444.023 | 3.724 | (28.225) | - | 419.522 |
| Equipamentos operacionais | 51.003 | 490 | (978) | - | 50.515 |
| Imobilizado em andamento | 48.477 | 1.255 | - | (35.359) | 14.373 |
| | <u>690.530</u> | <u>5.469</u> | <u>(36.085)</u> | <u>-</u> | <u>659.914</u> |
| Depreciação | | | | | |
| Prédios e benfeitorias | (139.688) | (3.813) | 6.127 | - | (137.374) |
| Equipamentos operacionais | (38.405) | (1.502) | 821 | - | (39.086) |
| | <u>(178.093)</u> | <u>(5.315)</u> | <u>6.948</u> | <u>-</u> | <u>(176.460)</u> |
| Impairment | | | | | |
| Terrenos | (50.205) | - | - | - | (50.205) |
| Prédios e benfeitorias | (82.793) | - | 13.186 | - | (69.607) |
| Equipamentos operacionais | (3.848) | - | - | - | (3.848) |
| | <u>(136.846)</u> | <u>-</u> | <u>13.186</u> | <u>-</u> | <u>(123.660)</u> |
| Imobilizado líquido | <u>375.591</u> | <u>154</u> | <u>(15.951)</u> | <u>-</u> | <u>359.794</u> |
| | Consolidado | | | | |
| | 2023 | Adições | Baixas (reversão) | Transferências | 2024 |
| Custo | | | | | |
| Terrenos | 486.818 | - | (6.882) | 35.359 | 515.295 |
| Prédios e benfeitorias | 700.810 | 3.724 | (28.225) | - | 676.309 |
| Equipamentos operacionais | 73.659 | 490 | (978) | - | 73.171 |
| Imobilizado em andamento | 48.477 | 1.255 | - | (35.359) | 14.373 |
| | <u>1.309.764</u> | <u>5.469</u> | <u>(36.085)</u> | <u>-</u> | <u>1.279.148</u> |
| Depreciação | | | | | |
| Prédios e benfeitorias | (157.879) | (5.252) | 6.127 | - | (157.004) |
| Equipamentos operacionais | (50.886) | (3.059) | 821 | - | (53.124) |
| | <u>(208.765)</u> | <u>(8.311)</u> | <u>6.948</u> | <u>-</u> | <u>(210.128)</u> |
| Impairment | | | | | |
| Terrenos | (266.595) | - | (13.192) | - | (279.787) |
| Prédios e benfeitorias | (211.424) | - | 54.877 | - | (156.547) |
| Equipamentos operacionais | (3.848) | - | - | - | (3.848) |
| | <u>(481.867)</u> | <u>-</u> | <u>41.685</u> | <u>-</u> | <u>(440.182)</u> |
| Imobilizado líquido | <u>619.132</u> | <u>(2.842)</u> | <u>12.548</u> | <u>-</u> | <u>628.838</u> |
| Imóveis em garantia | | | | | |

O valor de todos os bens do imobilizado cedidos em garantia do Grupo, em processo de execução fiscal, é de R\$4.742 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.742 em 31 de dezembro de 2024).

Impairment de ativos

| | Controladora | | | |
|----------------------------------|--------------------|----------------|---------------|------------------|
| | 2024 | Adições | Reversões | 2025 |
| Terrenos | | | | |
| Bonsucesso (i) | (10.911) | (701) | - | (11.612) |
| CAEMG (iv) | (39.294) | - | - | (39.294) |
| | <u>(50.205)</u> | <u>(701)</u> | <u>-</u> | <u>(50.906)</u> |
| Prédios e benfeitorias | | | | |
| Ed. Bemge P7 (v) | (40.838) | - | - | (40.838) |
| Expominas SJDR (vi) | (28.769) | - | 5.122 | (23.647) |
| | <u>(69.607)</u> | <u>-</u> | <u>5.122</u> | <u>(64.485)</u> |
| Equipamentos operacionais | | | | |
| Ed. Bemge P7 (v) | (3.848) | - | - | (3.848) |
| | <u>(3.848)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3.848)</u> |
| TOTAL | <u>(123.660)</u> | <u>(701)</u> | <u>5.122</u> | <u>(119.239)</u> |
| | Consolidado | | | |
| | 2024 | Adições | Reversões | 2025 |
| Terrenos | | | | |
| Bonsucesso (i) | (10.911) | (701) | - | (11.612) |
| CCPIF (ii) | (107.882) | (6.047) | - | 113.929 |
| Olhos D'Água (iii) | (121.700) | - | 1.180 | 120.520 |
| CAEMG (iv) | (39.294) | - | - | (39.294) |
| | <u>(279.787)</u> | <u>(6.748)</u> | <u>1.180</u> | <u>234.449</u> |
| Prédios e benfeitorias | | | | |
| CCPIF (ii) | (86.940) | - | 33.781 | 53.159 |
| Ed. Bemge P7 (v) | (40.838) | - | - | (40.838) |
| Expominas SJDR (vi) | (28.769) | - | 5.122 | (23.647) |
| | <u>(156.547)</u> | <u>-</u> | <u>38.903</u> | <u>53.159</u> |
| Equipamentos operacionais | | | | |
| Ed. Bemge P7 (v) | (3.848) | - | - | (3,848) |
| | <u>(3,848)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3,848)</u> |
| TOTAL | <u>(440.182)</u> | <u>(6.748)</u> | <u>40.083</u> | <u>287.608</u> |

| | Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas | | | |
|----------------------------------|---|----------------|---------------|----------------|
| | 2024 | Adições | Reversões | 2025 |
| Terrenos | | | | |
| Bonsucesso (i) | (10.911) | (701) | - | (11.612) |
| CCPIF (ii) | (107.882) | (6.047) | - | 113.929 |
| Olhos D'Água (iii) | (121.700) | - | 1.180 | 120.520 |
| CAEMG (iv) | (39.294) | - | - | (39,294) |
| | <u>(279.787)</u> | <u>(6.748)</u> | <u>1.180</u> | <u>234.449</u> |
| Prédios e benfeitorias | | | | |
| CCPIF (ii) | (86.940) | - | 33.781 | 53.159 |
| Ed. Bemge P7 (v) | (40.838) | - | - | (40.838) |
| Expominas SJDR (vi) | (28.769) | - | 5.122 | (23.647) |
| | <u>(156.547)</u> | <u>-</u> | <u>38.903</u> | <u>53.159</u> |
| Equipamentos operacionais | | | | |
| Ed. Bemge P7 (v) | (3,848) | - | - | (3,848) |
| | <u>(3,848)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(3,848)</u> |
| TOTAL | <u>(440.182)</u> | <u>(6.748)</u> | <u>40.083</u> | <u>287.608</u> |

(i) *Terreno Bonsucesso*

Refere-se ao terreno localizado no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte MG, cujo custo é R\$14.111. Em 2023 foi elaborado laudo de avaliação de mercado para o imóvel, junto à empresa especializada, em que o valor de mercado era de R\$3.200. Em abril de 2025, foi elaborado novo laudo de avaliação, no qual foi registrado *impairment* adicional de R\$701.

O valor da perda por redução ao valor recuperável até 31 de dezembro de 2025 é de R\$11.612 (R\$10.911 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) *Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)*

Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento que resultou em uma perda por *impairment*. Em 2024, foi elaborado laudo de avaliação do empreendimento, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda no valor de R\$27.099. Em 2025, novo laudo elaborado registrou uma reversão parcial da perda no valor de R\$27.733. Considerando o valor total do ativo, a avaliação por meio do método evolutivo resulta em uma perda por *impairment* no valor de R\$167.088, sendo reconhecido R\$ 113.929 em terrenos e R\$ 53.159 em prédios e benfeitorias (R\$ 194.822 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) *Terreno do Bairro Olhos D'Água*

Em 2019, foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios da Companhia, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda adicional por *impairment* no valor de R\$123.965. Em 2023, foi elaborado laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma reversão parcial da perda de R\$2.300. Em 2024, foi elaborado um novo laudo de reavaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma nova reversão parcial da perda de R\$1.400. Em junho de 2025, novo laudo elaborado registrou mais uma reversão de R\$1.180.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 120.520 (R\$ 121.700 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) *Cidade Administrativa (CAEMG)*

Refere-se à área desapropriada para construção de túnel e via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Em 2019 foi provisionado o montante de R\$39.294 para perda por redução ao valor recuperável, devido ao interesse da Administração em doá-lo ao Estado de Minas Gerais.

(v) *P7 Bemge*

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, não foi possível verificar o seu valor recuperável devido às mudanças de planejamento estratégico. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrada até 31 de dezembro de 2025 é de R\$44.686 (R\$44.686 em 31 de dezembro de 2024). O edifício está localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, é de propriedade da Fundação João Pinheiro, está cedido à Codemge, que por sua vez sub cedeu à Associação P7 Criativo para execução do projeto de mesmo nome, P7 Criativo.

(vi) *Expominas São João Del Rei ("SJDR")*

Em setembro de 2024, foi feita uma avaliação do imóvel e o valor do *impairment* foi de R\$28.769. Em dezembro de 2025, foi feita nova avaliação do imóvel e o valor do *impairment* registrado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$23.647 (R\$28.769 em 31 de dezembro de 2024).

18 Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte composição:

| | Controladora | | | | |
|----------------------------------|--------------------|-----------------------|-----------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | | | |
| | Custo | Amortização acumulada | Impairment | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Custos de desenvolvimento (i) | 39.326 | - | (39.326) | - | - |
| Direitos contratuais | 2.207 | (3) | - | 2.204 | 2.204 |
| Marcas e patentes | 257 | - | - | 257 | 257 |
| Softwares | 5.767 | (2.669) | - | 3.098 | 1.783 |
| Direitos de lavra e jazidas (ii) | 12.239 | (15) | (12.029) | 195 | 195 |
| | <u>59.796</u> | <u>(2.687)</u> | <u>(51.355)</u> | <u>5.754</u> | <u>4.439</u> |
| | Consolidado | | | | |
| | 2025 | 2024 | | | |
| | Custo | Amortização acumulada | Impairment | Saldo líquido | Saldo líquido |
| Custos de desenvolvimento (i) | 39.326 | - | (39.326) | - | - |
| Direitos contratuais | 2.208 | (3) | - | 2.205 | 2.205 |
| Marcas e patentes | 257 | - | - | 257 | 264 |
| Softwares | 5.767 | (2.670) | - | 3.097 | 1.783 |
| Descomissionamento de mina | 1 | - | - | 1 | 271 |
| Direitos de lavra e jazidas (ii) | 12.238 | (15) | (12.029) | 194 | 205 |
| | <u>59.797</u> | <u>(2.688)</u> | <u>(51.355)</u> | <u>5.754</u> | <u>4.728</u> |

Movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

| | Controladora | | | |
|-----------------------------|-----------------|--------------|----------|-----------------|
| | 2024 | Adições | Baixas | 2025 |
| Custo | | | | |
| Custos de desenvolvimento | 39.326 | - | - | 39.326 |
| Direitos contratuais | 2.207 | - | - | 2.207 |
| Marcas e patentes | 257 | - | - | 257 |
| Softwares | 4.049 | 1.718 | - | 5.767 |
| Direitos de lavra e jazidas | 12.239 | - | - | 12.239 |
| | <u>58.078</u> | <u>1.718</u> | <u>-</u> | <u>59.796</u> |
| Amortização | | | | |
| Direitos contratuais | (3) | - | - | (3) |
| Software | (2.266) | (403) | - | (2.669) |
| Direitos de lavra e jazidas | (15) | - | - | (15) |
| | <u>(2.284)</u> | <u>(403)</u> | <u>-</u> | <u>(2.687)</u> |
| Impairment | | | | |
| Custos de desenvolvimento | (39.326) | - | - | (39.326) |
| Direitos de lavra e jazidas | (12.029) | - | - | (12.029) |
| | <u>(51.355)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(51.355)</u> |
| Intangível líquido | <u>4.439</u> | <u>1.315</u> | <u>-</u> | <u>5.754</u> |



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Consolidado | | | | 2025 |
|-----------------------------|-----------------|--------------|----------|---|-----------------|
| | 2024 | Adições | Baixas | Transferência para ativos mantidos para distribuição aos acionistas | |
| Custo | | | | | |
| Custos de desenvolvimento | 39.326 | - | - | - | 39.326 |
| Direitos contratuais | 2.208 | - | - | - | 2.208 |
| Marcas e patentes | 264 | - | - | (7) | 257 |
| Softwares | 4.049 | 1.718 | - | - | 5.767 |
| Descomissionamento de mina | 274 | 73 | - | (346) | 1 |
| Direitos de lavra e jazidas | 12.251 | - | - | (13) | 12.238 |
| | <u>58.372</u> | <u>1.791</u> | <u>-</u> | <u>(366)</u> | <u>59.797</u> |
| Amortização | | | | | |
| Direitos contratuais | (3) | - | - | - | (3) |
| Software | (2.266) | (404) | - | - | (2.670) |
| Descomissionamento de mina | (3) | (8) | - | 11 | - |
| Direitos de lavra e jazidas | (17) | - | - | 2 | (15) |
| | <u>(2.289)</u> | <u>(412)</u> | <u>-</u> | <u>13</u> | <u>(2.688)</u> |
| Impairment | | | | | |
| Custos de desenvolvimento | (39.326) | - | - | - | (39.326) |
| Direitos de lavra e jazidas | (12.029) | - | - | - | (12.029) |
| | <u>(51.355)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(51.355)</u> |
| Intangível líquido | <u>4.728</u> | <u>1.379</u> | <u>-</u> | <u>(353)</u> | <u>5.754</u> |

Movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

| | Controladora | | | | 2024 |
|-----------------------------|-----------------|--------------|-------------|----------|-----------------|
| | 2023 | Adições | Baixas | | |
| Custo | | | | | |
| Custos de desenvolvimento | 39.326 | - | - | - | 39.326 |
| Direitos contratuais | 2.207 | - | - | - | 2.207 |
| Marcas e patentes | 257 | - | - | - | 257 |
| Softwares | 2.182 | 1.867 | - | - | 4.049 |
| Direitos de lavra e jazidas | 12.239 | - | - | - | 12.239 |
| | <u>56.211</u> | <u>1.867</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>58.078</u> |
| Amortização | | | | | |
| Direitos contratuais | (3) | - | - | - | (3) |
| Software | (2.135) | (131) | - | - | (2.266) |
| Direitos de lavra e jazidas | (15) | - | - | - | (15) |
| | <u>(2.153)</u> | <u>(131)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(2.284)</u> |
| Impairment | | | | | |
| Custos de desenvolvimento | (39.326) | - | - | - | (39.326) |
| Direitos de lavra e jazidas | (12.029) | - | - | - | (12.029) |
| | <u>(51.355)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(51.355)</u> |
| Intangível líquido | <u>2.703</u> | <u>1.736</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>4.439</u> |
| Consolidado | | | | | |
| | 2023 | Adições | Baixas | 2024 | |
| Custo | | | | | |
| Custos de desenvolvimento | 39.326 | - | - | - | 39.326 |
| Direitos contratuais | 2.208 | - | - | - | 2.208 |
| Marcas e patentes | 264 | - | - | - | 264 |
| Softwares | 2.182 | 1.867 | - | - | 4.049 |
| Descomissionamento de mina | - | 292 | (18) | - | 274 |
| Direitos de lavra e jazidas | 12.251 | - | - | - | 12.251 |
| | <u>56.231</u> | <u>2.159</u> | <u>(18)</u> | <u>-</u> | <u>58.372</u> |
| Amortização | | | | | |
| Direitos contratuais | (3) | - | - | - | (3) |
| Software | (2.135) | (131) | - | - | (2.266) |
| Descomissionamento de mina | - | (3) | - | - | (3) |
| Direitos de lavra e jazidas | (17) | - | - | - | (17) |
| | <u>(2.155)</u> | <u>(134)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(2.289)</u> |
| Impairment | | | | | |
| Custos de desenvolvimento | (39.326) | - | - | - | (39.326) |
| Direitos de lavra e jazidas | (12.029) | - | - | - | (12.029) |
| | <u>(51.355)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(51.355)</u> |
| Intangível líquido | <u>2.721</u> | <u>2.025</u> | <u>(18)</u> | <u>-</u> | <u>4.728</u> |

(i) Custo de desenvolvimento

Em função de Acordo de Parceria com a UFMG e CDTN, a Codemge havia investido no MGgrafeno o valor de R\$39.326. Em junho de 2023, a Companhia assinou um distrato transferindo a propriedade de todos os equipamentos, bem como o direito de propriedade intelectual das tecnologias gerados no âmbito do projeto. Em contrapartida à transferência dos ativos, a Codemge preservou o direito de participar em 49,12% de qualquer ganho econômico decorrente de eventual exploração econômica das tecnologias geradas pelo MGgrafeno; não é possível que a Companhia tenha certeza sobre o fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso dessas tecnologias. Diante disso, em junho de 2023, foi realizado o *impairment* da totalidade do ativo.

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$39.326 (R\$39.326 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Direitos de lavras e jazidas

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos direitos de lavras e jazidas em 31 de dezembro de 2025 é de R\$12.029 (R\$12.029 em 31 de dezembro de 2024). O valor refere-se em sua maioria aos direitos de exploração de água mineral localizados em parques, balneários e termas que não são explorados ou não possuem lucratividade na sua exploração.

19 Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| IRPJ / CSLL SCP (i) | - | - | - | 631.706 |
| Fornecedores nacionais (ii) | 10.767 | 3.576 | 10.767 | 3.577 |
| Outros | 2 | 3 | 2 | 3 |
| | <u>10.769</u> | <u>3.579</u> | <u>10.769</u> | <u>635.286</u> |

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando ocorre a apuração do lucro real da SCP e sua quitação junto à Fazenda Federal pela CBMM. Em função da reclassificação efetuada, de acordo com as conformidades estabelecidas pelo CPC 31, R\$814.217 foram desvinculados do saldo consolidado. Para mais informações, vide nota 14.

(ii) Em dezembro de 2025, a Companhia promoveu patrocínios em eventos, o que resultou em um saldo de R\$5.772 a pagar no ano seguinte. Isso, por sua vez, levou a um aumento nas contas a pagar em comparação com o período anterior.

20 Tributos a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Tributos retidos de terceiros | 566 | 368 | 566 | 386 |
| Tributos retidos sobre salários | 2.476 | 2.077 | 2.476 | 2.077 |
| PIS e COFINS | 5.212 | 5.382 | 5.212 | 6.285 |
| Imposto sobre mercadorias e serviços | 96 | 61 | 96 | 68 |
| Imposto sobre o patrimônio imobiliário | 64 | - | 64 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14.313 | 11.691 | 14.313 | 11.691 |
| | <u>22.727</u> | <u>19.579</u> | <u>22.727</u> | <u>20.507</u> |
| Circulante | 8.414 | 7.888 | 8.414 | 8.816 |
| Não circulante | 14.313 | 11.691 | 14.313 | 11.691 |
| | <u>22.727</u> | <u>19.579</u> | <u>22.727</u> | <u>20.507</u> |

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme notas 4, 15 e 26 (f). A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim uma diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

21 Dividendos a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Dividendos a pagar ao Estado de Minas Gerais | 159.682 | 170.789 | 159.682 | 465.561 |
| Juros sobre capital próprio a pagar ao Estado de Minas Gerais | 69.993 | 44.999 | 69.993 | 44.999 |
| Dividendos a pagar à MGI | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Juros sobre capital próprio a pagar à MGI | 7 | 1 | 7 | 1 |
| | <u>229.684</u> | <u>215.791</u> | <u>229.684</u> | <u>510.563</u> |

22 Salários e encargos sociais

| | Controladora e consolidado | |
|--|----------------------------|---------------|
| | 2025 | 2024 |
| Férias e 13º salário | 11.810 | 10.537 |
| Participação nos lucros e resultados (PLR) | 6.424 | 4.776 |
| INSS | 4.302 | 4.101 |
| FGTS | 1.422 | 1.372 |
| Outros | 107 | 406 |
| | <u>24.065</u> | <u>21.192</u> |

23 Adiantamento de convênios

Trata-se de convênio de saída firmado em 31 de outubro de 2023 entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais ("FHEMIG"), e a Companhia, com interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade ("SEINFRA") e da Fundação Ezequiel Dias ("FUNED").

Constitui objeto do convênio a conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para a realização de estruturação, modelagem e posterior apoio à licitação do projeto de Parceria Público Privada ("PPP") de um novo Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais. Por meio da estruturação da referida PPP, a futura concessionária vencedora da licitação será responsável pela construção do Complexo de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Para execução do objeto foram alocados recursos pela concedente oriundo do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais no valor de R\$20.000. Os repasses foram realizados em dezembro de 2023, sendo R\$16.000 pela concedente FHEMIG e R\$4.000 pelo interveniente FUNED.

Os recursos enviados pela concedente serão utilizados para pagamento dos estudos a serem realizados pela *International Finance Corporation* ("IFC"), dentre outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto do convênio. A IFC é uma instituição com experiência nas áreas de estruturação e modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas em vários setores, incluindo o setor de saúde.

Até 31 de dezembro de 2025, já haviam sido repassados R\$8.667 à contratada IFC pela entrega de parte dos estudos (R\$3.935 em 31 de dezembro de 2024). O recurso recebido pela Companhia está aplicado em conta bancária específica do convênio e passará por prestação de contas, conforme estipulado nos termos do convênio.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serem aplicados em projetos estratégicos da Companhia e o mesmo foi efetivado sem a emissão de novas ações, considerando ainda que as ações da Codemge não possuem valor nominal. Foram acrescidos, proporcionalmente ao número de ações ordinárias pertencentes a cada acionista, o valor de R\$99.999 referente à participação do acionista Estado de Minas Gerais e R\$1 referente à participação do acionista MGI Minas Gerais Participações. O Capital Social da Codemge passou a ser, portanto, de R\$646.845 referentes ao total de 205.221 ações ordinárias da Companhia, sendo R\$646.841 referentes ao total de 205.219 ações ordinárias do acionista Estado de Minas Gerais; e R\$4 referentes ao total de 2 ações ordinárias do acionista MGI Minas Gerais Participações.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Codemge, realizada no dia 4 de novembro de 2025, foi deliberada a redução de capital da Companhia, sem alteração da quantidade de ações, no montante de R\$ 325.340, sendo R\$325.337 para o acionista Estado de Minas Gerais e R\$3 para o acionista MGI. Como forma de remuneração, o Estado recebeu 83.000 ações ordinárias e 83.000 ações preferenciais da Codemig, enquanto o acionista MGI recebeu sua respectiva parcela de redução em caixa. Em conformidade com o prazo previsto na Lei nº 6.404/76, a redução será efetivada em 06 de janeiro de 2026 (vide notas 1, 14 e 36 (b)).

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de capital é de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2024) referente a ágio na emissão de ações em que parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

(d) Reservas de lucro

(d.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma, acrescido da reserva de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal da Companhia era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2024).

(d.2) Retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destinou o saldo remanescente dos lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 à constituição da reserva de retenção de lucros. Deste montante, foi proposto pela Diretoria a destinação de R\$100.000 para o aumento do capital social da Companhia e o pagamento de dividendos adicionais no valor restante de R\$568.376, que foram deliberados na AGE em abril de 2025. Foram deliberados ainda, nesta mesma data, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$200.000.

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de retenção de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$689.051 (R\$868.376 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Assembleia Geral deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007).

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A política de dividendos da Codemge determina a distribuição anual mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Os saldos dos proventos distribuídos estão apresentados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro líquido do exercício | 918.735 | 891.169 | 2.006.343 | 1.740.019 |
| Reserva de retenção de lucros | 689.051 | 868.376 | 689.051 | 868.376 |
| Reservas de lucros distribuídas (i) | 768.376 | 472.705 | 775.880 | 494.851 |
| Dividendos intercalares distribuídos | - | - | 860.290 | 728.326 |
| Dividendos intercalares a deliberar | - | - | - | 86.690 |
| Juros sobre o capital próprio creditados(ii) | 70.000 | 52.000 | 95.233 | 60.820 |
| Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos | 159.684 | 170.793 | 334.557 | 188.302 |
| Total de proventos distribuídos | 998.060 | 695.498 | 2.065.960 | 1.558.989 |

(i) Valor referente a distribuição de dividendos anuais e intermediários relativos a exercícios anteriores, deliberados em Assembleia Geral.

(ii) A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2025 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$70.000 na controladora e R\$95.233 no consolidado, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Patrimônio líquido | 2.006.649 | 2.080.287 | 2.329.568 | 2.383.498 |
| Lucro líquido do exercício | 918.735 | 891.169 | 2.006.343 | 1.740.019 |
| Lucro líquido ajustado, conforme Art. 75 da IN 1.700/2017 | 988.735 | 960.277 | 3.126.867 | 2.088.120 |
| Limite da TJLP sobre o patrimônio líquido ajustado | 178.375 | 116.192 | 230.474 | 148.804 |
| Saldo do limite de 50% dos lucros do exercício | 494.368 | 480.139 | 1.563.434 | 1.044.060 |
| Juros sobre o capital próprio | 70.000 | 52.000 | 95.233 | 60.820 |

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$26.814, em 31 de dezembro de 2025, (R\$21.127 em 31 de dezembro de 2024) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes dos investimentos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes – nota 15 e de empresas coligadas e controladas – nota 16.

27 Receita líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Receita – SCP (i) | - | - | 1.921.195 | 1.681.302 |
| Arrendamentos (ii) | 68.274 | 74.524 | 68.278 | 74.528 |
| Receita com vendas, serviços e locações (iii) | 22.598 | 19.082 | 30.866 | 27.263 |
| Receita bruta | 90.872 | 93.606 | 2.020.339 | 1.783.093 |
| Impostos | (7.919) | (8.765) | (8.684) | (9.522) |
| Devoluções (iv) | (6.749) | - | (6.749) | - |
| Receita líquida | 76.204 | 84.841 | 2.004.906 | 1.773.571 |

(i) O Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 19).

Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro:

| | 2025 | 2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado da SCP | | |
| Receita bruta de vendas | 14.648.885 | 13.363.267 |
| Devoluções e deduções de receita de vendas | (159.326) | 20.521 |
| Receita líquida de vendas | 14.489.559 | 13.383.788 |
| Custo de vendas | (2.561.765) | (2.381.405) |
| Margem bruta nas vendas | 11.927.794 | 11.002.383 |
| Despesas estruturais (v) | (619.399) | (1.684.251) |
| Outras receitas operacionais | 19.581 | 13.345 |
| Lucro operacional | 11.327.976 | 9.331.477 |
| Resultado de cláusulas contratuais da SCP (vi) | (179.918) | 1.374.967 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP | 11.148.058 | 10.706.444 |
| Participação de 25% da Companhia | 2.787.015 | 2.676.611 |
| Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM | 71.567 | (128.057) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente – SCP | (807.689) | (598.906) |
| Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar | (6.527) | (32.799) |
| Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais | (123.171) | (235.547) |
| Total imposto de renda e contribuição social e variação cambial | (865.820) | (995.309) |
| Receita - SCP | 1.921.195 | 1.681.302 |

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas Belo Horizonte, Araxá e Juiz de Fora, pela realização de eventos.

(iii) Valores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, referem-se principalmente às receitas com venda de distrito industrial, R\$15.389 e R\$12.997, respectivamente, além de outras receitas com locação do Centro Cultural Presidente Itamar Franco e bilheteria de parques.

(iv) Devolução de terreno situado no Distrito Industrial de Uberaba no valor de R\$6.749, anteriormente vendido à Alpen Energia. A devolução faz parte de um acordo para venda de outro terreno localizado no mesmo distrito, também vendido para Alpen Energia pelo valor de R\$10.817, em janeiro de 2025.

(v) Refere-se principalmente aos juros e ao efeito de variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação.

(vi) Refere-se principalmente ao efeito de competência da variação cambial incidente nos contratos de antecipação de receitas com exportação e a equivalência patrimonial da participação nas subsidiárias.

28 Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Despesas com pessoal (i) | (90.409) | (82.582) | (99.996) | (90.439) |
| Encargos sociais | (17.038) | (16.490) | (17.038) | (16.490) |
| Viagens e estadias | (2.550) | (3.627) | (2.550) | (3.627) |
| Despesas de uso e consumo | (2.788) | (3.150) | (5.048) | (5.436) |
| Serviços de apoio e limpeza | (16.310) | (15.493) | (16.723) | (15.810) |
| Serviços de consultoria e auditoria (ii) | (4.989) | (4.578) | (25.076) | (5.724) |
| Serviços de engenharia e manutenção | (9.674) | (12.534) | (10.862) | (13.574) |
| Serviços de informática | (6.185) | (4.266) | (6.233) | (4.292) |
| Publicidade e patrocínio | (32.877) | (29.050) | (32.877) | (29.050) |
| Indenizações | (1.869) | (200) | (1.869) | (1.477) |
| Despesas tributárias (iii) | (1.665) | (7.539) | (3.325) | (9.118) |
| Depreciação e amortização | (6.200) | (5.446) | (9.723) | (8.445) |
| (Provisão) / reversão provisão para contingências | (62) | 1.188 | (143) | 1.361 |
| Perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (iv) | (75.426) | (13.108) | (75.426) | (13.108) |
| Outras | (3.191) | (3.621) | (4.256) | (4.555) |
| Total | (271.233) | (200.496) | (311.145) | (219.784) |

(i) Em fevereiro de 2018, após a cisão, Codemig e Codemge assinaram um contrato de serviços compartilhados determinando quanto do custo incorrido pela Codemge com seu pessoal próprio, integralmente transferido na cisão, seria cobrado da Codemig pela sua utilização compartilhada.

(ii) Em 2025, o Grupo gastou aproximadamente R\$ 17.825 com serviços jurídicos e consultoria financeira, visando renovar o acordo com a CBMM para a exploração de nióbio. Para maiores informações vide nota 1. Além disso, dentro desse montante, ocorreram serviços para viabilizar a adesão do Estado de Minas Gerais, como acionista da CODEMIG, ao Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag.

(iii) Em 2024, o SENAI antecipou para a Companhia, o pagamento integral da compra do LabFabITR ocorrida em dezembro de 2023. Em função da transferência de propriedade do empreendimento ter sido formalizada somente após o pagamento integral do valor, foi reconhecido neste período na Codemge a despesa do ICMS diferido do Laboratório no valor total de R\$5.436.

(iv) A maior parte do saldo de 2025 refere-se ao reconhecimento como PECLD de R\$72.866 referentes aos contratos de arrendamentos. Além disso, conforme o CPC 48 Instrumentos Financeiros, R\$2.508 são mantidos como PECLD de acordo com a matriz de provisão para a análise prospectiva de créditos de liquidação duvidosa, realizada trimestralmente nas conciliações.

29 Projetos e parcerias

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|----------------|
| | 2025 | 2024 |
| Projeto de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IFC (i) | (1.872) | (3.934) |
| Consultoria do Transporte Coletivo – Ruaviva (ii) | - | (391) |
| Consultoria do Transporte Coletivo – FIPE (iii) | (168) | - |
| Apoio Técnico para o PELT – Valec (iv) | (2.508) | (502) |
| Projeto de Ato Complementar de Cooperação - UNOPS (v) | - | (1.122) |
| PPP de terminais e estações do serviço de transporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte - EY, RHEIN e IMTRAFF (vi) | (2.687) | - |
| Programa Cidade Parceira - DOM CABRAL (vii) | (378) | - |
| Projeto Malha Rodoviária Itabira - IGTECH (viii) | - | (150) |
| Projeto Malha Rodoviária Itabira - DOM CABRAL (ix) | (231) | (2.565) |
| Serviços em relacionamento institucional nas áreas de infraestrutura e energia - GRI (x) | (30) | (200) |
| Projeto Revitalização do Rio Picão - IBI (xi) | (118) | - |
| Total | (7.992) | (8.864) |



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme nota 1 (e), a Codemge foi autorizada a estruturar e modelar projetos de concessões e parcerias público-privadas para o Estado de Minas Gerais e para tanto pode contratar terceiros para fornecimento de produtos ou serviços utilizados na elaboração dos projetos conforme descrito abaixo:

(i) **Projeto de Saneamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais** - Internacional Finance Corporation (“IFC”) para elaborar estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica para concessão da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na região nordeste de Minas Gerais.

(ii) **Consultoria do Transporte Coletivo** - Instituto de Mobilidade Sustentável (“Ruaviva”) para elaboração da modelagem econômico-financeira necessária à revisão dos contratos de concessão do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros de Minas Gerais.

(iii) **Consultoria do Transporte Coletivo** - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (“FIPE”) para apoio ao processo de revisão dos contratos de transporte coletivo intermunicipal.

(iv) **Apoio Técnico para o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado de Minas Gerais (PELT)** - Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A (“Valec”) para prestação de serviços técnicos para elaboração de estudos a fim de subsidiar o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado de Minas Gerais (“PELT MG”).

(v) **Projeto de Ato Complementar de Cooperação** - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) para elaboração do plano de trabalho relativo à assessoria técnica na estruturação de parcerias.

(vi) **PPP de terminais e estações do serviço de transporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte** – Consórcio composto por Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda, Rhein Schirato Meireles Sociedade de Advogados e IMTRAFF Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda. (“EY, RHEIN e IMTRAFF”) para prestação de serviços de elaboração dos estudos técnicos de modelagens para estruturação de futura concessão da infraestrutura dos terminais e estações MOVE da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais.

(vii) **Programa Cidade Parceira** – Fundação Dom Cabral (“Dom Cabral”) para capacitação especializada para formação de servidores técnicos municipais e estaduais dentro do escopo do Programa Cidade Parceira.

(viii) **Projeto Malha Rodoviária Itabira** - Instituto de Gestão Territorial e Geotecnologias (“IGTECH”) para levantamento aéreo para cadastramento territorial multifinalitário na malha rodoviária de Itabira.

(ix) **Projeto Malha Rodoviária Itabira** - Fundação Dom Cabral (“Dom Cabral”) para elaboração de estudo técnico de tráfego com a finalidade de apoiar o desenvolvimento de um modelo de concessão para gerenciar a infraestrutura e serviços públicos relacionados ao sistema rodoviário na região de Itabira/MG, bem como em relação a toda a malha rodoviária do estado de Minas Gerais.

(x) **Serviços em relacionamento institucional nas áreas de infraestrutura e energia** - GRI Brasil Eventos Ltda (“GRI”) para acesso a conferências anuais, *matchmaking*, produção de eventos customizados e produção de conteúdo.

(xi) **Projeto Revitalização do Rio Picão** - IBI Engenharia Consultiva (“IBI”) para prestação de serviços de verificação de estudos e projetos em nível básico e conceitual para a revitalização do Rio Picão, localizado no município de Bom Despacho/MG.

30 Gastos com desenvolvimento

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais conforme determinado pelo seu estatuto social, e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no estado de Minas Gerais.

Através da celebração de convênios, são formalizadas as transferências de recursos financeiros entre as entidades, com o objeto específico, permitindo a execução de projetos e atividades de interesse público e viabilizando o desenvolvimento econômico.

Uma vez que a Companhia não obterá benefícios diretos através da aplicação destes recursos, os mesmos são registrados como gastos com desenvolvimento no resultado à medida que são incorridos.

| Contrato | Descrição | Data do Convênio | Valor do convênio | Valor total gasto até 2025 | Controladora | |
|---|--|------------------|-------------------|----------------------------|----------------|-----------------|
| | | | | | 2025 | 2024 |
| Convênios (i) | | | | | | |
| 10954 | Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais - SEINFRA | 01/05/2020 | 2.500 | (1.495) | - | (747) |
| 10971 | Sistema BIM DER/SEINFRA | 19/06/2020 | 1.830 | (1.500) | - | (170) |
| 11369 | Associação Mineira de Municípios - AMM | 15/05/2023 | 1.462 | (1.462) | - | (661) |
| 11452 | Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG | 06/11/2023 | 3.700 | (3.700) | (1.350) | (1.350) |
| 11520 | Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais | 17/04/2024 | 580 | (580) | - | (580) |
| 11687 | Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM | 09/10/2024 | 450 | (450) | (450) | - |
| 11696 | Grupo Cleyde | 14/10/2024 | 1.084 | (1.084) | - | (1.084) |
| 11697 | Instituto Mundo | 14/10/2024 | 6.898 | (6.628) | - | (6.628) |
| 11713 | Associação Mineira de Municípios - AMM | 07/11/2024 | 1.000 | (1.000) | (500) | (500) |
| 11744 | Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA | 30/12/2024 | 4.185 | (2.512) | (2.512) | - |
| 11759 | Prefeitura Municipal de Contagem/MG | 07/02/2025 | 5.379 | (2.305) | (2.305) | - |
| | | | 29.068 | (22.716) | (7.117) | (11.720) |
| Termos de Transferência Municipalização (ii) | | | | | | |
| 11580 | Prefeitura Municipal de Joazeiro/MG | 03/07/2024 | 619 | (619) | - | (619) |
| 11608 | Prefeitura Municipal de Mirabela/MG | 04/07/2024 | 2.450 | (2.450) | - | (2.450) |
| 11609 | Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro/MG | 03/07/2024 | 1.750 | (1.750) | - | (1.750) |
| 11617 | Prefeitura Municipal de Palmópolis/MG | 05/07/2024 | 700 | (700) | - | (700) |
| 11621 | Prefeitura Municipal de Bom Sucesso/MG | 03/07/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11622 | Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG | 04/07/2024 | 1.260 | (1.260) | - | (1.260) |
| 11623 | Prefeitura Municipal de Machado/MG | 04/07/2024 | 3.710 | (3.710) | - | (3.710) |
| 11625 | Prefeitura Municipal de Queluzito/MG | 03/07/2024 | 1.330 | (1.330) | - | (1.330) |
| 11627 | Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG | 03/07/2024 | 5.530 | (5.530) | - | (5.530) |
| 11629 | Prefeitura Municipal de Salinas/MG | 03/07/2024 | 3.570 | (3.570) | - | (3.570) |
| 11630 | Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce/MG | 04/07/2024 | 1.680 | (1.680) | - | (1.680) |
| 11632 | Prefeitura Municipal de Heliópolis/MG | 04/07/2024 | 595 | (595) | - | (595) |
| 11633 | Prefeitura Municipal de Almenara/MG | 04/07/2024 | 1.400 | (1.400) | - | (1.400) |
| 11634 | Prefeitura Municipal de Itaguara/MG | 04/07/2024 | 2.695 | (2.695) | - | (2.695) |
| 11637 | Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas/MG | 04/07/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11638 | Prefeitura Municipal de Taiobeiras/MG | 04/07/2024 | 3.220 | (3.220) | - | (3.220) |
| 11639 | Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MG | 04/07/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11642 | Prefeitura Municipal de Virgolândia/MG | 04/07/2024 | 875 | (875) | - | (875) |
| 11643 | Prefeitura Municipal de Caratinga/MG | 03/07/2024 | 1.260 | (1.260) | - | (1.260) |
| 11644 | Prefeitura Municipal de Botelhos/MG | 03/07/2024 | 1.330 | (1.330) | - | (1.330) |
| 11645 | Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/MG | 03/07/2024 | 420 | (420) | - | (420) |
| | | | 37.964 | (37.964) | - | (37.964) |
| | | | 67.032 | (60.680) | (7.117) | (49.684) |

| Contrato | Descrição | Data do Convênio | Valor do convênio | Valor total gasto até 2025 | Consolidado | |
|---|---|------------------|-------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|
| | | | | | 2025 | 2024 |
| Convênios (i) | | | | | | |
| 10954 | Projeto Pontes | 01/05/2020 | 2.500 | (1.495) | - | (747) |
| 10971 | Sistema BIM DER/SEINFRA | 19/06/2020 | 1.830 | (1.500) | - | (170) |
| 11369 | Associação Mineira de Municípios - AMM | 15/05/2023 | 1.462 | (1.462) | - | (661) |
| 11452 | Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG | 06/11/2023 | 3.700 | (3.700) | (1.350) | (1.350) |
| 11518 | Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT | 02/04/2024 | 12.086 | (11.343) | (1.543) | (9.800) |
| 11520 | Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais | 17/04/2024 | 580 | (580) | - | (580) |
| 11560 | Associação de Pais, Amigos e Mestres do Colégio Militar de Belo Horizonte - APAM | 06/06/2024 | 1.348 | (1.348) | - | (1.348) |
| 11561 | Prefeitura Municipal de Divino/MG | 29/05/2024 | 200 | (200) | - | (200) |
| 11563 | Associação Mineira de Municípios - AMN | 29/05/2024 | 2.586 | (2.586) | (950) | (1.636) |
| 11586 | Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD | 19/06/2024 | 1.000 | (1.000) | - | (1.000) |
| 11589 | Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba - ANDESIAP | 19/06/2024 | 1.100 | (1.100) | - | (1.100) |
| 11594 | Liga dos Esportes - LIDARP | 26/06/2024 | 599 | (599) | (99) | (500) |
| 11640 | Instituto Brasil Ride | 05/07/2024 | 500 | (500) | - | (500) |
| 11662 | Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem - ABDER | 13/08/2024 | 65 | (65) | - | (65) |
| 11687 | Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM | 09/10/2024 | 450 | (450) | (450) | - |
| 11696 | Grupo Cleyde | 14/10/2024 | 1.084 | (1.084) | - | (1.084) |
| 11697 | Instituto Mundo | 14/10/2024 | 6.898 | (6.628) | - | (6.628) |
| 11713 | Associação Mineira de Municípios - AMM | 07/11/2024 | 1.000 | (1.000) | (500) | (500) |
| 11744 | Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA | 30/12/2024 | 4.185 | (2.512) | (2.512) | - |
| 11759 | Prefeitura Municipal de Contagem/MG | 07/02/2025 | 5.379 | (2.305) | (2.305) | - |
| 11762 | Associação Pro-cultura e Promoção das Artes | 10/02/2025 | 11.648 | (10.407) | (10.407) | - |
| 11763 | Instituto Cultural Aurum | 12/02/2025 | 2.586 | (2.586) | (2.586) | - |
| 11779 | Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT | 28/03/2025 | 18.480 | (18.480) | (18.480) | - |
| 11784 | Instituto Novare | 30/04/2025 | 5.600 | (4.600) | (4.600) | - |
| 11789 | Associação dos Amigos do Centro Cultural - AMI-CULT | 30/04/2025 | 3.489 | (3.300) | (3.300) | - |
| 11808 | Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE | 31/05/2025 | 20.000 | (12.000) | (12.000) | - |
| 11810 | Agência de Desenvolvimento Econômico e Social dos Inconfidentes e Alto Paraopeba - ADESIAP | 30/06/2025 | 2.200 | (2.200) | (2.200) | - |
| 11832 | Associação de Badminton de José Raydan - ABJR | 03/07/2025 | 129 | (129) | (129) | - |
| 11863 | Instituto Mundo | 20/08/2025 | 11.822 | (5.500) | (5.500) | - |
| 11901 | Liga Arcoense de Desportos - LIADE | 01/12/2025 | 100 | (100) | (100) | - |
| 11939 | Liga Sul Mineira de Desportos | 15/12/2025 | 100 | (100) | (100) | - |
| 11945 | Associação Esportiva dos Municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais - ASSESMIG | 22/12/2025 | 105 | (100) | (100) | - |
| 11946 | Liga Sul Mineira de Desportos | 22/12/2025 | 105 | (100) | (100) | - |
| 11947 | Instituto João Ayres | 23/12/2025 | 10.945 | (10.945) | (10.945) | - |
| 11948 | Instituto João Ayres | 23/12/2025 | 2.548 | (2.548) | (2.548) | - |
| 11950 | Prefeitura Municipal de Formiga/MG | 29/12/2025 | 100 | (100) | (100) | - |
| 11952 | Associação de Amigos do Autista - AMA | 29/12/2025 | 3.199 | (1.599) | (1.599) | - |
| 11954 | Federação das Inst. De Governança Regional de Turismo do Estado de MG - FECITUR | 29/12/2025 | 5.086 | (2.543) | (2.543) | - |
| | | | 146.794 | (118.794) | (87.046) | (27.869) |
| Termos de Transferência Municipalização (ii) | | | | | | |
| 11548 | Prefeitura Municipal de Brazópolis/MG | 29/05/2024 | 2.240 | (2.240) | - | (2.240) |
| 11549 | Prefeitura Municipal de Lajinha/MG | 03/06/2024 | 2.310 | (2.310) | - | (2.310) |
| 11550 | Prefeitura Municipal de Passos/MG | 03/06/2024 | 644 | (644) | - | (644) |
| 11551 | Prefeitura Municipal de Simonésia/MG | 13/06/2024 | 2.030 | (2.030) | - | (2.030) |
| 11552 | Prefeitura Municipal de Córrego Fundo/MG | 03/06/2024 | 2.800 | (2.800) | - | (2.800) |
| 11553 | Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto/MG | 03/06/2024 | 700 | (700) | - | (700) |
| 11554 | Prefeitura Municipal de Reduto/MG | 07/06/2024 | 980 | (980) | - | (980) |
| 11555 | Prefeitura Municipal de São João Evangelista/MG | 03/06/2024 | 3.626 | (3.626) | - | (3.626) |
| 11556 | Prefeitura Municipal de Carbonita/MG | 03/06/2024 | 1.610 | (1.610) | - | (1.610) |
| 11557 | Prefeitura Municipal de São José do Jacuri/MG | 03/06/2024 | 420 | (420) | - | (420) |
| 11558 | Prefeitura Municipal de Bugre/MG | 13/06/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11559 | Prefeitura Municipal de Guanhães/MG | 03/06/2024 | 8.470 | (8.470) | - | (8.470) |
| 11573 | Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória/MG | 12/06/2024 | 2.240 | (2.240) | - | (2.240) |
| 11574 | Prefeitura Municipal de Martins Soares/MG | 12/06/2024 | 3.850 | (3.850) | - | (3.850) |
| 11575 | Prefeitura Municipal de Divino/MG | 12/06/2024 | 1.330 | (1.330) | - | (1.330) |
| 11576 | Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/MG | 12/06/2024 | 2.100 | (2.100) | - | (2.100) |
| 11577 | Prefeitura Municipal de Jaíba/MG | 12/06/2024 | 3.388 | (3.388) | - | (3.388) |
| 11578 | Prefeitura Municipal de Marilac/MG | 12/06/2024 | 476 | (476) | - | (476) |
| 11579 | Prefeitura Municipal de Matipó/MG | 12/06/2024 | 2.380 | (2.380) | - | (2.380) |
| 11580 | Prefeitura Municipal de Joazeiro/MG | 03/07/2024 | 619 | (619) | - | (619) |
| 11581 | Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus/MG | 12/06/2024 | 1.400 | (1.400) | - | (1.400) |
| 11582 | Prefeitura Municipal de Água Boa/MG | 12/06/2024 | 2.243 | (2.243) | - | (2.243) |
| 11583 | Prefeitura Municipal de Capelinha/MG | 12/06/2024 | 3.080 | (3.080) | - | (3.080) |
| 11584 | Prefeitura Municipal de Turvolândia/MG | 12/06/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11585 | Prefeitura Municipal de Poços de Caldas/MG | 13/06/2024 | 3.920 | (3.920) | - | (3.920) |
| 11590 | Prefeitura Municipal de Divisa Nova/MG | 24/06/2024 | 700 | (700) | - | (700) |
| 11591 | Prefeitura Municipal de Guaxupé/MG | 24/06/2024 | 4.410 | (4.410) | - | (4.410) |
| 11592 | Prefeitura Municipal de Lambari/MG | 24/06/2024 | 6.160 | (6.160) | - | (6.160) |
| 11595 | Prefeitura Municipal de Lagoa Dourada/MG | 24/06/2024 | 2.170 | (2.170) | - | (2.170) |
| 11596 | Prefeitura Municipal de São Roque de Minas/MG | 24/06/2024 | 280 | (280) | - | (280) |
| 11602 | Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas/MG | 25/06/2024 | 1.540 | (1.540) | - | (1.540) |
| 11604 | Prefeitura Municipal de Nacip Raydan/MG | 01/07/2024 | 1.400 | (1.400) | - | (1.400) |
| 11606 | Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira/MG | 26/06/2024 | 3.010 | (3.010) | - | (3.010) |



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Contrato | Descrição | Data do Convênio | Valor do convênio | Consolidado | | |
|---|--|------------------|-------------------|-------------|----------|-----------|
| | | | | 2025 | 2024 | |
| Termos de Transferência Municipalização (ii) | | | | | | |
| 11607 | Prefeitura Municipal de Curvelo/MG | 26/06/2024 | 10.220 | (10.220) | - | (10.220) |
| 11608 | Prefeitura Municipal de Mirabela/MG | 04/07/2024 | 2.450 | (2.450) | - | (2.450) |
| 11609 | Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro/MG | 03/07/2024 | 1.750 | (1.750) | - | (1.750) |
| 11610 | Prefeitura Municipal de Mirai/MG | 26/06/2024 | 4.410 | (4.410) | - | (4.410) |
| 11613 | Prefeitura Municipal de Janaúba/MG | 01/07/2024 | 2.800 | (2.800) | - | (2.800) |
| 11616 | Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão/MG | 01/07/2024 | 910 | (910) | - | (910) |
| 11617 | Prefeitura Municipal de Palmópolis/MG | 05/07/2024 | 700 | (700) | - | (700) |
| 11618 | Prefeitura Municipal de Manhumirim/MG | 01/07/2024 | 2.940 | (2.940) | - | (2.940) |
| 11619 | Prefeitura Municipal de Formoso/MG | 01/07/2024 | 910 | (910) | - | (910) |
| 11620 | Prefeitura Municipal de São José do Jacuri/MG | 01/07/2024 | 630 | (630) | - | (630) |
| 11621 | Prefeitura Municipal de Bom Sucesso/MG | 03/07/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11622 | Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG | 04/07/2024 | 1.260 | (1.260) | - | (1.260) |
| 11623 | Prefeitura Municipal de Machado/MG | 04/07/2024 | 3.710 | (3.710) | - | (3.710) |
| 11625 | Prefeitura Municipal de Queluzito/MG | 03/07/2024 | 1.330 | (1.330) | - | (1.330) |
| 11627 | Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG | 03/07/2024 | 5.530 | (5.530) | - | (5.530) |
| 11628 | Prefeitura Municipal de Lavras/MG | 02/07/2024 | 3.080 | (3.080) | - | (3.080) |
| 11629 | Prefeitura Municipal de Salinas/MG | 03/07/2024 | 3.570 | (3.570) | - | (3.570) |
| 11630 | Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce/MG | 04/07/2024 | 1.680 | (1.680) | - | (1.680) |
| 11632 | Prefeitura Municipal de Heliódora/MG | 04/07/2024 | 595 | (595) | - | (595) |
| 11633 | Prefeitura Municipal de Almenara/MG | 04/07/2024 | 1.400 | (1.400) | - | (1.400) |
| 11634 | Prefeitura Municipal de Itaguara/MG | 04/07/2024 | 2.695 | (2.695) | - | (2.695) |
| 11637 | Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas/MG | 04/07/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11638 | Prefeitura Municipal de Taiobeiras/MG | 04/07/2024 | 3.220 | (3.220) | - | (3.220) |
| 11639 | Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MG | 04/07/2024 | 1.190 | (1.190) | - | (1.190) |
| 11642 | Prefeitura Municipal de Virgolândia/MG | 04/07/2024 | 875 | (875) | - | (875) |
| 11643 | Prefeitura Municipal de Caratinga/MG | 03/07/2024 | 1.260 | (1.260) | - | (1.260) |
| 11644 | Prefeitura Municipal de Botelhos/MG | 03/07/2024 | 1.330 | (1.330) | - | (1.330) |
| 11645 | Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/MG | 03/07/2024 | 420 | (420) | - | (420) |
| | | | 138.151 | (138.151) | - | (138.151) |
| | | | 284.945 | (256.945) | (87.046) | (166.020) |

(i) Os termos de transferência de municipalização encontram-se encerrados.

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|--------|---------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | |
| Parcerias (i) | (11.844) | (16.323) | (11.844) | (16.323) | | |
| Recuperações de taxas e despesas | 2.358 | 3.033 | 2.888 | 4.386 | | |
| Ganho na venda de imobilizado (ii) | 20.593 | 7.632 | - | 7.632 | | |
| Ganho não realizado na venda de imobilizado (ii) | (20.593) | - | - | - | | |
| Perda na venda de investimento (iii) | (3.331) | 85.156 | (3.331) | 85.156 | | |
| (Impairment) / reversão de impairment (iv) | 4.880 | 5.733 | 33.794 | 34.232 | | |
| Outros resultados com participações societárias (v) | 11.709 | - | 11.709 | - | | |
| Doações (vi) | (2.461) | (1.568) | (2.461) | (1.568) | | |
| Dividendos recebidos (vii) | 164.220 | - | 5 | - | | |
| Outras | (473) | (712) | (481) | (945) | | |
| | | | 165.058 | 82.951 | 30.279 | 112.570 |

(i) Até 31 de dezembro de 2025, foram repassados R\$11.844 para custeio e manutenção do Invest Minas, conforme art. 2º da Lei 22.287/2016. No mesmo período de 2024 foi repassado o valor total de R\$16.323.

(ii) Em dezembro de 2025, foi realizada a alienação pela Codemge da Fazenda Santa Rita no município de Araxá para a Codemig pelo valor de R\$21.153 com o custo líquido de R\$560, gerando um ganho de capital no total de R\$20.593. Considerando que a operação de venda foi realizada pela controladora para sua controlada (downstream), foi necessária a eliminação do lucro não realizado no resultado individual da Codemge, deduzindo-se a integralidade do lucro com a venda do ativo ainda em poder do grupo econômico. Já em janeiro de 2024, foi realizada a venda de um terreno situado no município de Curvelo pelo valor de R\$8.247 com o custo líquido de R\$615, gerando um ganho de R\$7.632.

(iii) Em julho de 2025, houve o distrato da SCP Água Mineral em comum acordo com a sócia Minasbev Bebidas do Brasil S/A e em decorrência do histórico de resultados negativos da sociedade foi registrada perda no montante de R\$2.441. Vide nota 16. Já em agosto de 2024 houve a alienação da participação da Companhia na empresa Datora Participações e Serviços S.A., gerando um ganho de capital no total de R\$93.703 reduzido pelo ajuste ao valor presente de R\$8.547, perfazendo um ganho de R\$85.156.

(iv) Em 2025, as principais movimentações referem-se a reversão de parte da provisão para perda por redução ao valor recuperável do Centro Cultural Presidente Itamar Franco localizado em Belo Horizonte, no valor de R\$27.733 e do Expominas São João Del Rei, no valor de R\$5.122. Em 2024, também foi realizada a reversão de parte da provisão para perda por redução ao valor recuperável do Centro Cultural Presidente Itamar Franco localizado em Belo Horizonte, no valor de R\$27.099, do terreno do bairro Olhos D'água, no valor de R\$1.400 e do Expominas São João Del Rei, no valor de R\$13.186 e a provisão para perdas com juros das debêntures do Biotech e ao investimento da SCP Água Mineral no montante de R\$7.600, referente ao Consolidado. Para mais detalhes vide nota 17.

(v) Em abril de 2025, a Companhia firmou o Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda referente à alienação de sua participação na Datora, conforme previsto o preço de alienação do investimento seria reajustado caso ocorresse um Evento de Liquidez. Desta forma, a Companhia terá direito ao recebimento de R\$11.709. Vide notas 8 (iii) e 16.

(vi) Em março de 2025, foi realizada a doação da Praça de Esportes Barreiro situada no município de Araxá pelo valor de R\$55 e a doação de bens móveis no valor de R\$58, vide nota 17. Em agosto de 2025, foi realizada a doação da Fazenda Mato Grosso II situada no município de Ribeirão das Neves pelo valor de R\$2.348, vide nota 12. Já em junho de 2024, havia sido realizada a doação do imóvel Cassino de Lambari situado no município de Lambari e de seus respectivos bens pelo valor de R\$1.568, vide nota 17.

(vii) Referem-se aos dividendos distribuídos pela Codemig após a reclassificação do investimento para Ativos não circulantes mantidos para distribuição aos acionistas. Em decorrência dessa reclassificação, o resultado de equivalência patrimonial passou a ser reconhecido com base na participação remanescente de 5%. Contudo, como os dividendos distribuídos consideram o percentual societário de 51%, a parcela correspondente à diferença entre os percentuais foi registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" da demonstração do resultado do exercício. Para mais detalhes, ver Nota 14.

32 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como *benchmark* o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices também influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas.

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|---|--------------|---------|-------------|----------|---------|---------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | |
| Receitas | | | | | | |
| Juros recebidos de aplicações financeiras | 139.895 | 106.095 | 385.150 | 270.885 | | |
| PIS/COFINS Receita Financeira | (7.306) | (5.153) | (19.442) | (13.469) | | |
| Varição monetária ativa (i) | 17.126 | 4.549 | 32.864 | 18.594 | | |
| (-) Reversão atualização monetária (ii) | - | - | - | (19.031) | | |
| Juros sobre capital próprio | 6.211 | - | 16 | 16 | | |
| Outras | 1.614 | (224) | 1.724 | (31) | | |
| | | | 157.540 | 105.267 | 400.312 | 256.964 |
| Despesas | | | | | | |
| Varição monetária passiva | (1.399) | (1.379) | (3.354) | (3.509) | | |
| IOF | (1.128) | (243) | (2.032) | (1.095) | | |
| PIS/COFINS Juros sobre capital próprio | (2.430) | (849) | (2.431) | (851) | | |
| Descontos concedidos | - | (1.131) | - | (1.131) | | |
| Outras | (156) | (114) | (580) | (118) | | |
| | | | (5.113) | (3.716) | (8.397) | (6.704) |
| | | | 152.427 | 101.551 | 391.915 | 250.260 |

(i) Em abril de 2025, a Companhia firmou o Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda referente à alienação de sua participação na Datora. Diante disso, as atualizações monetárias das parcelas a receber foram de R\$9.561. Para mais detalhes vide nota 16.

(ii) Reversão de variação monetária: em abril de 2024, a Administração da Codemig, em conjunto com a CBMM, deliberou pela compensação no montante de R\$19.031 em favor da CBMM, referente a atualização financeira mensal da receita líquida da SCP.

33 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real a alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da operação do nióbio, é tributada na própria SCP. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 918.735 | 891.169 | 2.022.813 | 1.740.019 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (312.370) | (302.997) | (687.756) | (591.606) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | | | |
| Exclusão permanente do resultado da SCP | - | - | 653.206 | 571.643 |
| Resultado com participações societárias | 275.979 | 301.878 | 752 | 1.800 |
| Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas | 44.296 | 4.459 | 18.164 | 23.464 |
| Ativo diferido não registrado (i) | (7.905) | (3.340) | (7.905) | (5.301) |
| Ativo IR/CS diferido registrado | (3.662) | (30.865) | (6.707) | (48.063) |
| Passivo IR/CS diferido registrado | 3.662 | 30.865 | 6.707 | 48.063 |
| Utilização de prejuízos fiscais | - | - | 7.069 | - |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas | - | - | (16.470) | - |
| <i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i> | 0,00% | 0,00% | 0,81% | 0,00% |

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Codemge conta com um prejuízo fiscal e base negativa acumulada de R\$655.250 (R\$632.000 em 31 de dezembro de 2024). Isso se deve ao fato de que a principal receita da Codemge é oriunda de dividendos recebidos da Codemig e, consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$1.213.430 (R\$1.210.761 em 31 de dezembro de 2024) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.219.898 (R\$1.217.229 em 31 de dezembro de 2024).

Desde junho de 2024, o Grupo passou a contabilizar o passivo de IR/CS diferido sobre as despesas com depreciação fiscal nos termos do art. 1º da IN 162/1.998. De outro lado, a Companhia também registrou um ativo de IR/CS diferido no mesmo valor do passivo em razão do prejuízo fiscal acumulado.

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|--|--------------|----------|-------------|----------|--------|--------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | |
| Saldo inicial | 42.556 | 8.454 | 59.754 | 8.454 | | |
| Imposto advidos de diferença entre depreciação societária e fiscal | 3.662 | 30.865 | 6.707 | 48.063 | | |
| Imposto relacionado a outros resultados abrangentes | 2.622 | 3.237 | 2.622 | 3.237 | | |
| | | | 48.840 | 42.556 | 69.083 | 59.754 |
| Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica | (34.527) | (30.865) | (54.770) | (48.063) | | |
| Passivo de imposto diferido (líquido) | 14.313 | 11.691 | 14.313 | 11.691 | | |

34 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

| | 2025 | 2024 |
|--|--|----------|
| | Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 918.735 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação | 205.221 | 205.221 |
| Lucro básico e diluído por ação (reais) | 4.476,81 | 4.342,48 |

35 Cobertura de Seguros

O Grupo avalia e monitora os riscos de suas operações e realiza a gestão dos seguros patrimoniais visando preservar a integridade dos bens imóveis da Companhia, garantindo a manutenção do patrimônio e a redução de prejuízos. Além disso, dispõe de um seguro de responsabilidade civil com cobertura para processos judiciais ou administrativos com atos de gestão da Administração.



Sociedade Anônima de Capital Público
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo ainda toma medidas adicionais para garantir a segurança de seus ativos, tais como instalação de câmeras de vigilância, alarmes, contratação de vigilantes e sistemas de combate a incêndio. Atualmente, a Companhia assegura ativos com benfeitorias que estejam sendo utilizados pelo Grupo ou que será utilizado em algum projeto relevantes e que tenham valor de mercado superior a R\$1.000.

Seguem os principais Contratos de Seguros do Grupo:

| Bem Segurado | Tipo de cobertura | Início Vigência | Fim Vigência | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|-----------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| | | | | Importância Segurada | Prêmio Anual | Importância Segurada | Prêmio Anual |
| Centro de Cultura Presidente Itamar Franco | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 08/12/2025 | 05/09/2026 | - | - | 214.224 | 117 |
| Grande Hotel de Araxá | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 10/06/2025 | 10/06/2026 | 199.800 | 393 | 199.800 | 393 |
| Minascentro | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 23/12/2025 | 23/12/2026 | 113.700 | 32 | 113.700 | 32 |
| Thermas Antônio Carlos | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 02/04/2025 | 02/04/2026 | 45.500 | 9 | 45.500 | 9 |
| Palace Hotel de Poços de Caldas | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 23/12/2025 | 23/12/2026 | 80.330 | 30 | 80.330 | 30 |
| Expominas BH | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 18/05/2025 | 18/05/2026 | 250.000 | 75 | 250.000 | 75 |
| Palace Cassino de Poços de Caldas | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 15/05/2025 | 15/05/2026 | 94.212 | 34 | 94.212 | 34 |
| Parque das Águas Doutor Lisandro Carneiro | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 26/03/2025 | 26/03/2026 | 61.693 | 8 | 61.693 | 8 |
| Expominas Juiz de Fora | Patrimonial (Compreensivo Empresarial) | 02/04/2025 | 02/04/2026 | 54.000 | 13 | 54.000 | 13 |
| Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores | Responsabilidade civil (Processos judiciais, administrativos ou arbitrais que estejam relacionados com os atos de gestão de executivos) | 24/06/2025 | 24/06/2026 | 25.000 | 483 | 25.000 | 483 |
| Outros | - | - | - | 28.883 | 703 | 28.883 | 703 |
| Total | | | | 953.118 | 1.780 | 1.167.342 | 1.897 |

36 Eventos subsequentes

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio intercalares – Codemig à Codemge

Em janeiro de 2026, foram deliberados juros sobre capital próprio com base no resultado de janeiro de 2026 no montante de R\$150. Os juros sobre capital próprio serão recebidos em março de 2026.

Em fevereiro de 2026, foram deliberados juros sobre capital próprio com base no resultado de fevereiro de 2026 no montante de R\$175. Os juros sobre capital próprio serão recebidos em abril de 2026.

Em março de 2026, foram deliberados juros sobre capital próprio com base no resultado março de 2026 no montante de R\$250. Os juros sobre capital próprio serão recebidos em maio de 2026.

(b) Redução de capital social da Codemge

Em janeiro de 2026, foi efetivada a redução do capital social da Codemge, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em novembro de 2025. Os acionistas aprovaram a redução pelo acionista Estado no valor de R\$325.337 e do acionista MGI em R\$3, considerando o reequilíbrio do valor do capital social. Como remuneração o Estado recebeu 83.000 ações ordinárias e 83.000 ações preferenciais da Codemig. O acionista MGI recebeu sua redução em caixa.

A Codemge deixou de ser controladora da Codemig, passando sua participação para 5%, e, portanto, permanecerá exercendo influência significativa em razão da manutenção de direitos que permitem participação nas decisões financeiras e operacionais relevantes.

(c) Acordo de cooperação técnica com a Codemig

Em fevereiro de 2026, houve a transferência da totalidade dos empregados da Codemge para Codemig, sendo assim, a Codemig passará a arcar com as despesas e encargos de pessoal dos empregados do Grupo.

Essa transferência tem como objetivo equalizar a distribuição de custos e despesas entre as companhias, preservando a manutenção do compartilhamento de pessoal entre as mesmas. Além do compartilhamento de pessoal, serão compartilhados estruturas, contratos e conhecimentos entre as companhias. Ainda em dezembro de 2025 houve a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que formaliza tais compartilhamentos.

(d) Pagamento indenização

Conforme nota 25 (i), havia em 31 de dezembro de 2025 uma provisão de contingência civil relacionada à indenização a ex-acionista da Codemig no valor de R\$41.780. Em fevereiro de 2026, a Codemig foi intimada a pagar conforme pedido de cumprimento de sentença. Em março de 2026, a Codemig apresentou petição de impugnação parcial ao cumprimento da sentença e comprovou o pagamento da parte incontroversa, no importe de R\$37.398. As partes foram intimadas pelo juiz a manifestarem sobre a possibilidade de solução consensual sobre a parte controversa de R\$120. Em 2026, a provisão será potencialmente revertida.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c), 9 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 926.515 mil (R\$ 784.037 mil em 2024) e é parte substancial da geração de caixa operacional da Companhia. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC SP-215373/O



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 25/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:
<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2026/04/BALANCO-CODEMGE-25-04-2026.pdf>

